

Plano Estratégico do Conselho Consultivo da União Africana sobre Corrupção (AU-ABC), 2018-2022

Validação de documento do seminário

Documento informativo

Dezembro de 2017

Memória descritiva (1/2)

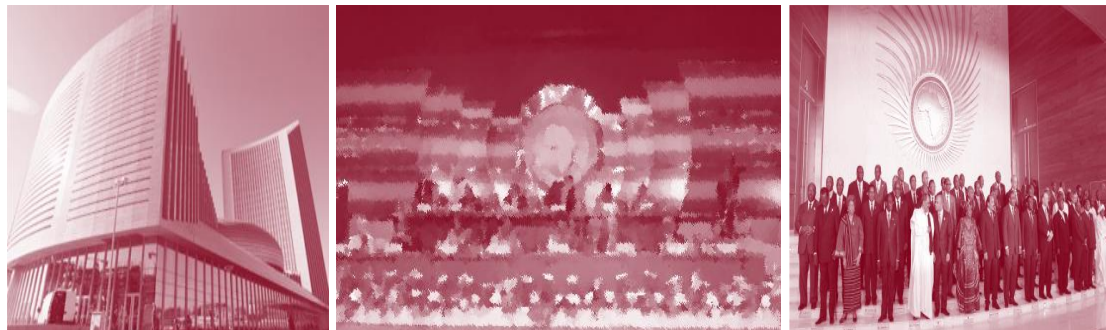


- O Plano Estratégico do Conselho Consultivo da União Africana sobre Corrupção (AU-ABC) referente a 2018-2022 é um quadro que fornece orientações para as iniciativas dos Membros do Conselho e do Secretariado com vista a realizar a visão do Conselho a curto prazo. Trata-se de uma visão que prevê que em 2020 o AU-ABC será “uma organização eficiente que concede apoio de relevo aos Estados Membros na execução sustentável da Convenção da UA e na luta contra a corrupção em África.”
- A Concepção do Quadro Estratégico é animada por duas abordagens:
 - Uma Análise da missão, pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças enfrentadas pelo Conselho assim como a identificação das principais categorias de partes interessadas tendo em vista identificar um lugar apropriado para o Conselho. De facto, as intervenções do Conselho enquanto órgão responsável pela coordenação de iniciativas contra a corrupção em África confirmarão o valor acrescentado que possui numa área em desenvolvimento contínuo.
 - Uma análise do desempenho da estratégia anterior (2011-2015)
- O âmbito do Plano Estratégico vai dos objectivos identificados como prioritários, resultados previstos às actividades visando a realização dos objectivos. Os eixos estratégicos fundamentam-se nos princípios consagrados no Acto Constitutivo da União Africana, na Convenção da União Africana relativa à Prevenção e Luta contra a Corrupção, na Arquitectura de Governação Africana (AGA), na Agenda 2063 da União Africana e no Plano de Execução do Decénio. No cumprimento do seu mandato e na realização dos seus objectivos estratégicos, o Conselho está profundamente consciente da necessidade de se harmonizarem sinergias e de se conceberem estratégias coerentes em colaboração com as diferentes partes interessadas.
- O Plano Estratégico referente a 2018 – 2022 visa a realização de quatro objectivos:
 - Estabelecer um roteiro que defina claramente as acções do Conselho para os próximo cinco (5) anos. O plano serve de ferramenta para orientar no planeamento, na tomada de decisões e na dotação de recursos
 - Estabelecer um quadro estratégico e padrões comuns de responsabilidades, permitindo que o Conselho, partes interessadas e parceiros procedam a um alinhamento sobre a forma como são alcançados os objectivos, e adoptem uma posição flexível para responder a acontecimentos rápidos e imprevistos
 - Criar uma ligação sólida entre o Conselho, parceiros e partes interessadas, a qual ajudará o Conselho no cumprimento da sua missão (curto prazo), medirá o grau de progresso registado na luta contra a corrupção em África (médio prazo) e reduzirá consideravelmente os efeitos da corrupção sobre a boa governação e desenvolvimento em África (longo prazo);
 - Estabelecer uma plataforma destinada a alinhar as actividades do Conselho com a agenda mais ampla da União Africana, especificamente a Agenda da UA 2063 (Aspiração # 3) e o quadro para a Arquitectura de Governação Africana

Memória descritiva (2/2)



- Delinearam-se as suposições-chave do Plano Estratégico de 2018-2022, entre as quais se contam a adopção de uma abordagem escalonada da estratégia, alinhada ao crescimento das capacidades do AU ABC. O Conselho continuará a manter boas relações de trabalho com parceiros-chave e principais partes interessadas que sejam cruciais. Mais recursos serão postos à disposição do AU ABC
- Um Quadro Estratégico, constituído por quatro eixos estratégicos, irá articular a visão do Conselho no quinquénio 2018-2022 :
 - Quadro legal melhorado para combater a corrupção;
 - Capacidade reforçada dos Estados Partes para combater a corrupção;
 - Actividades melhoradas de assistência no terreno e de cooperação; e
 - Capacidade institucional reforçada do Conselho e do Secretariado.
- Durante os primeiros dois anos, o Conselho e o Secretariado irão trabalhar no reforço da sua própria eficiência operacional, visando assegurar a sustentabilidade das acções que levam a cabo. Outras áreas-chave de interesse darão realce à ratificação da Convenção por Estados Membros, à execução de uma estratégia de comunicações, à concepção e execução de projectos contra a corrupção, juntamente com as partes interessadas.
- Para assegurar que haja eficácia e eficiência na execução desse plano, o Conselho desempenhará o papel de centro de estudos, dotando os Estados Membros e o Secretariado das necessárias orientações relacionadas com o combate à corrupção. Será igualmente responsável por levar a cabo campanhas e comunicações de natureza estratégica, enquanto que o Secretariado Executivo prestará apoio técnico e administrativo necessário à execução das diferentes actividades.
- O Conselho tenciona executar o presente plano com base em princípios-chave, entre outros:
 - Subsidiariedade e complementaridade com outros Órgãos da UA, Estados Membros e REC (Comunidades Económicas Regionais);
 - Realizações concretas, viabilidade, e obtenção de resultados;
 - Método para redes de contactos, beneficiando de iniciativas e recursos fornecidos por outros intervenientes.
- O Plano Estratégico é concebido para apoiar o envolvimento sustentado com partes envolvidas na governação a fim de se obter o máximo de benefícios. É ainda concebido numa altura em que tem surgido um maior interesse no trabalho do Conselho Consultivo, na sequência da decisão da União Africana de declarar 2018 como o Ano de África Contra a Corrupção. Embora a concepção deste Plano Estratégico se tenha centrado no actual mandato do Conselho Consultivo, ele orienta-se pelos princípios de intuição e flexibilidade, tendo em vista torná-lo adaptável e assim lidar com os desafios dos próximos cinco anos.



Introdução ao AU ABC

Passagem em revista do Plano Estratégico de 2011-2015

Estratégia e Plano de Execução de 2018-2022

Factores de Encorajamento do Plano de Execução de 2018-2022

Anexos



Mandato e Missão do Conselho Consultivo da União Africana sobre Corrupção (AU ABC)

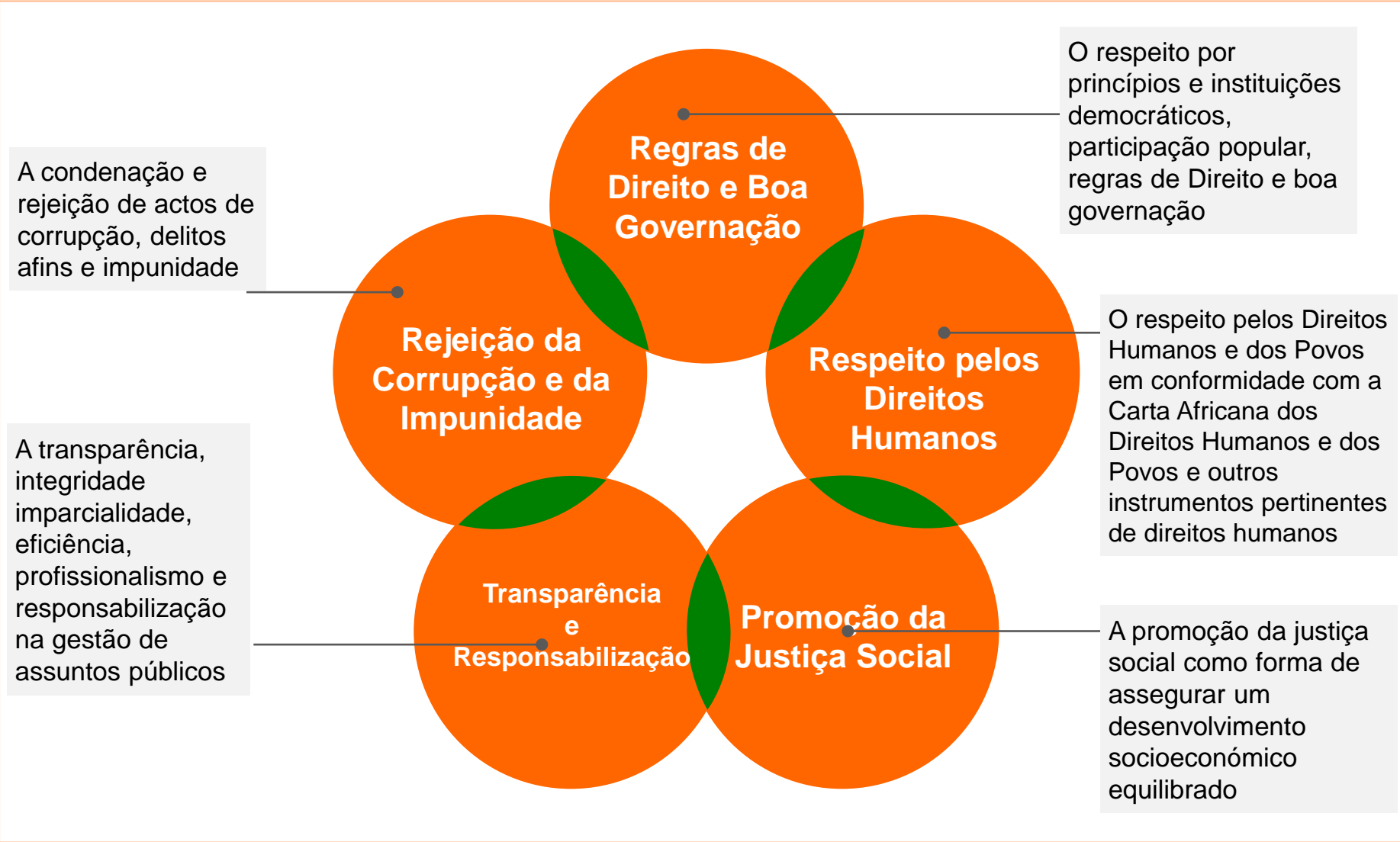
Princípios-chave que orientam a execução do mandato do AU ABC

- Subsidiariedade e complementaridade com outros Órgãos, Estados Membros e RECs
- Realçar a orientação, viabilidade e impacto dos resultados
- Estreita coordenação e cooperação com as REC
- Coerência de políticas e programas; e
- Uma abordagem por via de redes de contactos, que tire partido dos recursos disponíveis por intermédio de outros intervenientes

Missão e Mandato

- Promover e encorajar a adopção e aplicação de medidas contra a corrupção no continente;
- Recolher e documentar informações sobre a natureza e âmbito da corrupção e delitos afins em África;
- Criar metodologias para análise da natureza e dimensão da corrupção em África, e disseminar informações e sensibilizar o público sobre os efeitos negativos da corrupção e delitos afins;
- Aconselhar governos sobre como lidar com o flagelo da corrupção e delitos afins nas respectivas jurisdições domésticas;
- Recolher informações e analisar a conduta e o comportamento de Corporações Multinacionais (MNC) a operar em África e disseminar informações junto de autoridades nacionais designadas ao abrigo do artigo 18 (1) da Convenção;
- Criar e promover a adopção de códigos de conduta harmonizados para entidades públicas;
- Edificar parcerias com a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, a sociedade civil africana, organizações governamentais, intergovernamentais e não-governamentais para facilitar o diálogo na luta contra a corrupção e delitos afins;
- Apresentar regularmente um relatório ao Conselho Executivo sobre o progresso feito por cada Estado Parte relativamente ao cumprimento das disposições da Convenção; e
- Desempenhar qualquer outra tarefa relacionada com a corrupção e delitos afins, que lhe possa ser atribuída pelos órgãos da União Africana responsáveis pela formulação de políticas.

Valores Centrais do Conselho Consultivo da União Africana sobre Corrupção (AU ABC)

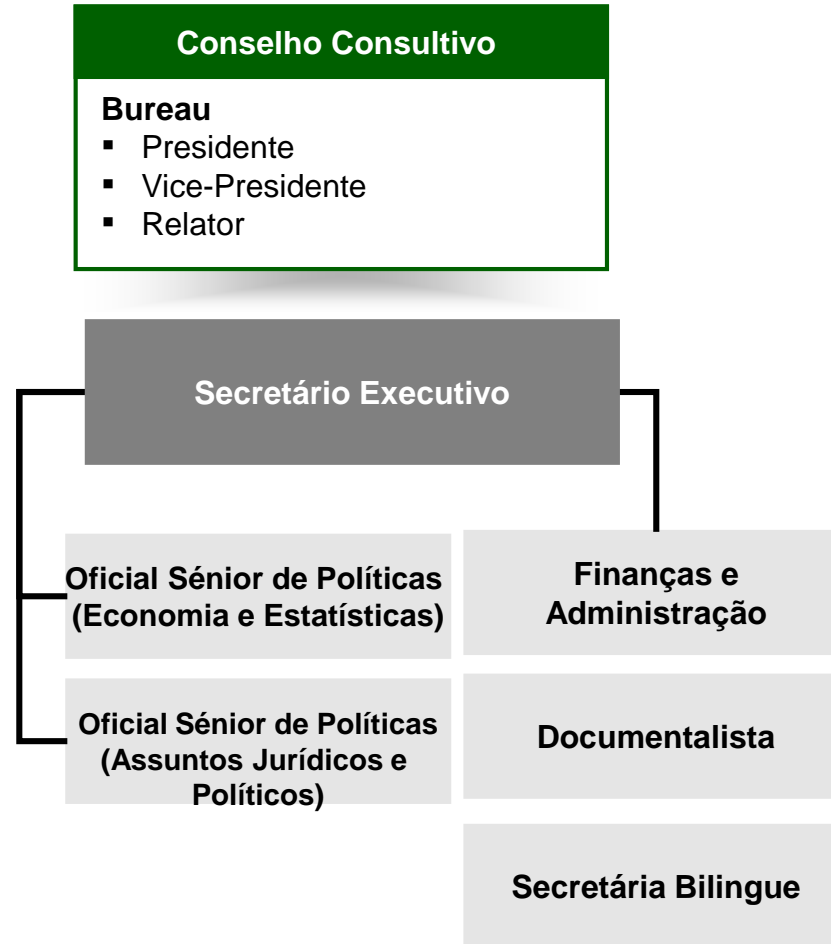




Estrutura do Conselho Consultivo da União Africana sobre Corrupção (AU ABC)

Conselho Consultivo

- O Conselho elege, de entre os seus membros, um Bureau constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e um Relator. Os membros do Bureau são nomeados por um período de dois anos.
- O Bureau garante o planeamento e a coordenação das actividades do Conselho, necessárias à execução das suas funções, nos termos do artigo 22 (5) da Convenção.
- O Bureau pode representar o Conselho em conferências ou reuniões regionais e internacionais, relacionadas com as suas funções e mandato.
- O Bureau pode, após informar a Comissão da União Africana (CUA) e em nome do Conselho, estabelecer parcerias e acordos de cooperação com outras organizações ou instituições regionais ou internacionais que sigam objectivos similares

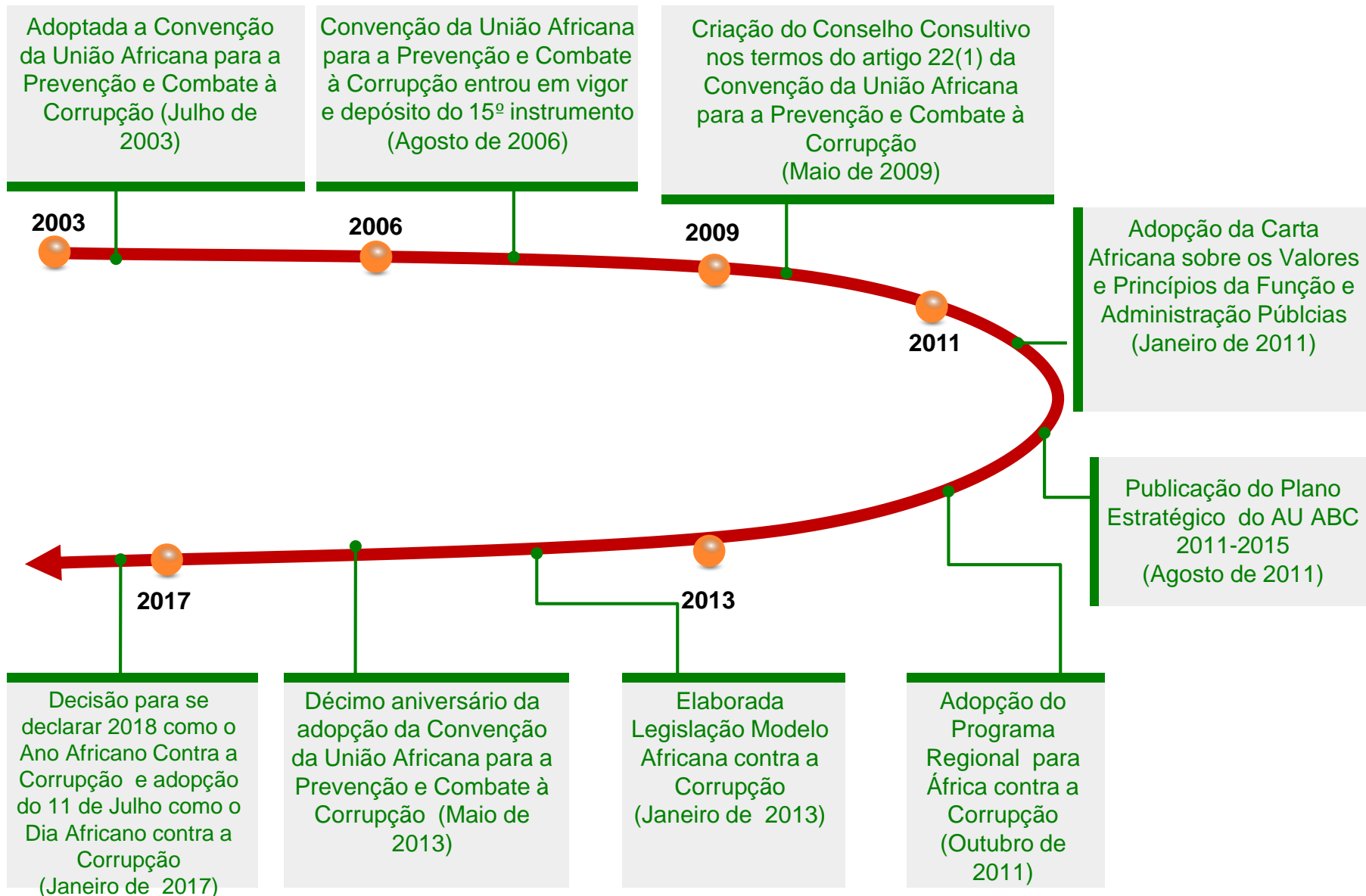


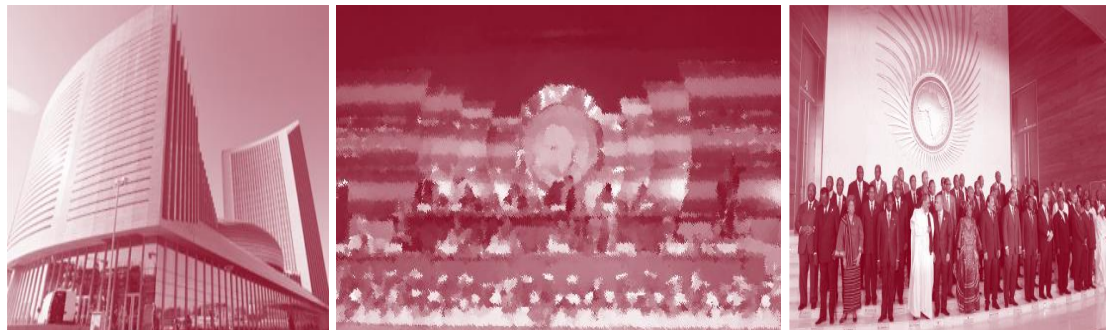
Secretariado

- O Secretariado funciona sob a direcção do Bureau e a supervisão do Relator.
- Presta apoio substancial, profissional, logístico e administrativo ao Conselho.
- Organiza todas as reuniões do Conselho e do Bureau e conserva o registo de todos os documentos e correspondência do Conselho.
- Também presta o necessário apoio técnico aos Membros do Conselho na realização das suas missões.
- O Secretariado é gerido por um Secretário Executivo, estando dotado de pessoal profissional, técnico e administrativo



Marcos-chave do Conselho Consultivo da União Africana sobre Corrupção (AU ABC)





Introdução ao AU ABC

Passagem em revista do Plano Estratégico de 2011-2015

Estratégia e Plano de Execução de 2018-2022

Factores de Encorajamento do Plano de Execução de 2018-2022

Anexos



Resumo da execução do Plano Estratégico do AU ABC de 2011-2015

Eixos Estratégicos I

- Apoio à aplicação da Convenção
- 5% execução de actividades

Eixos Estratégicos II

- Sensibilização sobre a Convenção e visibilidade do Conselho
- 0% execução de actividades

Eixos Estratégicos III

- Criação de Parcerias
- 0% execução de actividades

Eixos Estratégicos IV

- Eficiência organizacional do Conselho e Fiscalização e Avaliação
- 0% execução de actividades

Avaliação pormenorizada: Eixos Estratégicos I



Eixos da Estratégia I

- Apoio à aplicação da Convenção

Objectivo(s)-Chave	Actividades	Progresso feito (2011 a 2015)	Situação
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a ratificação da Convenção pelos Estados Membros da União Africana 	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber e executar uma estratégia de sensibilização a nível dos Estados Membros sobre a importância da ratificação da Convenção 	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados Esperados não alcançados 	
<ul style="list-style-type: none"> • Promover e encorajar a concepção de um quadro legal adequado e eficaz pelos Estados Partes 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e identificar lacunas na integração da Convenção pelos Estados Partes • Propor uma lei modelo que possa ser adaptada a Estados membros em apoio à integração adequada da Convenção pelos Estados Partes • Acompanhar a utilização das leis adoptadas e os efeitos/impactos correspondentes na redução da corrupção e delitos afins em Estados Partes 	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados Esperados não alcançados • Resultados Esperados não alcançados • Resultados Esperados não alcançados 	

Eixos da Estratégia I ...continuação


▪ Apoio à aplicação da Convenção

Objectivo(s)-Chave	Actividades	Progresso feito (2011 a 2015)	Situação
<ul style="list-style-type: none"> Promover o uso do Código de Conduta adoptado para entidades públicas 	<ul style="list-style-type: none"> Disseminação em Estados Partes do Código de Conduta adoptado Acompanhar o estabelecimento, execução e impacto dos Códigos de Conduta a níveis nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> Resultados Esperados não alcançados Resultados Esperados não alcançados 	
<ul style="list-style-type: none"> Conceber metodologias para análise da natureza e âmbito da corrupção em África 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliar as ferramentas de medição de corrupção existentes relativamente ao âmbito de aplicação, tal como definido pela Convenção Conceber uma ferramenta de medição da natureza, âmbito e impacto da corrupção Conceber uma ferramenta de medição que seja ajustada e abrangente, relativamente à corrupção em África 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho em curso Resultados Esperados não alcançados Resultados Esperados não alcançados 	



Eixos da Estratégia I ...continuação

- Apoio à aplicação da Convenção

Objectivo(s)-Chave	Actividades	Progresso feito (2011 a 2015)	Situação
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e encorajar a promoção do desenvolvimento de capacidades de órgãos nacionais e sub-regionais responsáveis pela luta contra a corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as actuais capacidades das autoridades nacionais e regionais, responsáveis pelo combate à corrupção, de apoiarem eficientemente a aplicação da Convenção e a luta contra a corrupção • Apoiar a aplicação de um programa pertinente de desenvolvimento de capacidades para autoridades nacionais e regionais responsáveis pelo combate à corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados Esperados não alcançados • Resultados Esperados não alcançados 	

Eixos da Estratégia II

- Sensibilização sobre a Convenção e visibilidade do Conselho

Objectivo(s)-Chave	Actividades	Progresso feito (2011 a 2015)	Situação
<ul style="list-style-type: none"> • Incrementar sensibilização sobre a Convenção e respectivos mecanismos de execução (a níveis nacional, sub-regional e regional) 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e executar uma estratégia de comunicações • Estabelecer laços formais com redes e organizações pertinentes de combate à corrupção • Recolher e documentar informações sobre a natureza e âmbito da corrupção em África • Partilhar informações sobre a natureza e âmbito da corrupção em África • Expor defensores ou melhores práticas na aplicação das disposições da Convenção 	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados Esperados não alcançados • Resultados Esperados não alcançados • Resultados Esperados não alcançados • Resultados Esperados não alcançados • Resultados Esperados não alcançados 	



Eixos da Estratégia III

▪ Criação de Parcerias

Objectivo(s)-Chave	Actividades	Progresso feito (2011 a 2015)	Situação
<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar parcerias com partes interessadas na luta contra a corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber projectos adaptados à realização do Plano Estratégico (técnico) • Obter o empenho das partes interessadas no que se refere ao seu envolvimento em projectos concebidos pelo Conselho <ul style="list-style-type: none"> – Partes: AU ABC, Estados Membros da UA, Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos – Partes associadas: Banco Africano de Desenvolvimento, organizações das NU e órgãos afins – Partes interessadas: ONG e sociedade civil 	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados Esperados não alcançados • Resultados Esperados não alcançados 	



Eixos da Estratégia IV

Eficiência organizacional do Conselho e Fiscalização e Avaliação

Objectivo(s)-Chave	Actividades	Progresso feito (2011 a 2015)	Situação
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer um Secretariado dotado de recursos adequados, funcional e eficiente 	<ul style="list-style-type: none"> Institucionalizar um Secretariado com funcionários em número adequado Definir um organograma para o Secretariado, incluindo as respectivas missões e inter-relações Recrutar funcionários permanentes para o Secretariado Conceber e executar um programa de desenvolvimento de capacidades para funcionários Conceber um sistema de planeamento e de informações harmonizado entre o Conselho e o Secretariado 	<ul style="list-style-type: none"> Resultados Esperados não alcançados Resultados Esperados não alcançados Resultados Esperados não alcançados Resultados Esperados não alcançados Resultados Esperados não alcançados 	
<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar e obter recursos financeiros 	<ul style="list-style-type: none"> Obter recursos internos no seio da UA 	<ul style="list-style-type: none"> Resultados Esperados não alcançados 	

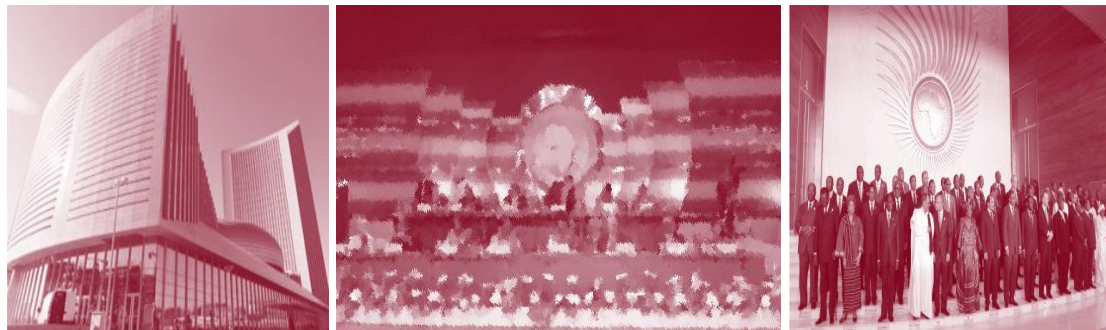
Avaliação pormenorizada: Eixos Estratégicos IV



Eixos da Estratégia IV ...continuação

Eficiência organizacional do Conselho e Fiscalização e Avaliação

Objectivo(s)-Chave	Actividades	Progresso feito (2011 a 2015)	Situação
<ul style="list-style-type: none"> Mobilizar e obter recursos financeiros 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar, mobilizar e obter recursos externos 	<ul style="list-style-type: none"> Resultados Esperados não alcançados 	
<ul style="list-style-type: none"> Optimizar a eficiência dos membros do Conselho durante o seu mandato 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir uma maior aquisição e posse da actividade central do Conselho Consultivo pelos novos Membros do Conselho Estabelecer e sistematizar o processo de transição entre o Conselho cessante e o futuro Conselho 	<ul style="list-style-type: none"> Resultados Esperados não alcançados Resultados Esperados não alcançados 	
<ul style="list-style-type: none"> Fiscalizar, avaliar e dar informações sobre o progresso feito na execução da Convenção 	<ul style="list-style-type: none"> Conceber um sistema de recolha e partilha de informações sobre o progresso feito pelo Conselho, Estados Partes e parceiros no combate à corrupção Apresentar relatórios sobre actividades-chave levadas a cabo e resultados afins 	<ul style="list-style-type: none"> Resultados Esperados não alcançados Resultados Esperados não alcançados 	



Introdução ao AU ABC

Passagem em revista do Plano Estratégico de 2011-2015

Estratégia e Plano de Execução de 2018-2022

Factores de Encorajamento do Plano de Execução de 2018-2022

Anexos



Objectivos da Estratégia de 2018-2022, SWOT, Suposições e Quadro Estratégico

Objectivos do Plano Estratégico de 2018 a 2022



Estabelecer um roteiro que defina claramente as acções do Conselho para os próximo cinco (5) anos. O plano serve de ferramenta que orientará no planeamento, na tomada de decisões e na dotação de recursos.



Estabelecer um Quadro Estratégico e padrões comuns de responsabilidades, permitindo que o Conselho, partes interessadas e parceiros procedam a um alinhamento sobre a **forma como são alcançados os objectivos**, e adoptem uma posição **flexível** para responder a acontecimentos rápidos e imprevistos



Criar uma ligação sólida entre o Conselho, parceiros e partes interessadas, a qual ajudará o Conselho no cumprimento da sua missão (curto prazo), medirá **o grau de progresso** registado na luta contra a corrupção em África (médio prazo) e **reduzirá consideravelmente** os efeitos da corrupção sobre a boa governação e desenvolvimento em África (longo prazo)

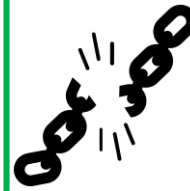


Estabelecer uma plataforma destinada a alinhar as actividades do Conselho com a agenda mais ampla da União Africana, especificamente a **Agenda da UA 2063 (Aspiração # 3)** e o quadro para a **Arquitectura de Governação Africana**

Pontos Fortes, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças a nível do AU-ABC (Análise SWOT)



- Habilitações e competência dos Membros do Conselho
- Estabelecimento e operacionalização dos regulamentos e procedimentos
- Diversidade cultural dos seus membros
- Existência da força da UA por detrás do Conselho
- Cobertura continental da Convenção
- Independência do Conselho



- Capacidade humana inadequada para executar o plano estratégico do AU ABC
- Recursos financeiros insuficientes
- Parcerias a longo prazo insuficientes
- Logística de apoio inadequada. Por exemplo, espaço para escritórios, meios de transporte
- Curta duração do mandato do Conselho, dando azo a mudanças frequentes ao longo do horizonte de planeamento. Por exemplo, 3 mudanças num horizonte de planeamento estratégico



- Maior sensibilização sobre os efeitos negativos da corrupção
- Grande dinâmica da comunidade que combate a corrupção
- Parcerias/sinergias com organizações regionais e nacionais de combate à corrupção, ONG e organismos internacionais. Por exemplo, as NU
- Maior interesse, por parte da comunidade internacional, pelo combate à corrupção e pela necessidade de boa governação em África



- Falta de uma estrutura de apoio para facilitar a execução dos planos estratégicos a nível do AU ABC
- Insuficiente empenho político dos Estados Partes quanto à concepção de um quadro legislativo, de acordo com as disposições da Convenção
- Insuficiente empenho político dos Estados Membros da UA quanto à ratificação e integração da Convenção

Suposições-chave adjacentes à estratégia e plano de execução de 2018-2022



Adopção de uma abordagem de estratégia faseada, alinhada com uma maior melhoria das capacidades do AU ABC



O Conselho continuará a manter boas relações de trabalho com parceiros-chave e principais partes interessadas



Mais recursos serão postos à disposição do AU ABC



O AU ABC esforçar-se-á por ser uma organização de “aprendizagem”, aprendendo de erros cometidos no passado, estando aberto a práticas de boa gestão



O AU ABC esforçar-se-á por ser flexível na actualização do Plano Estratégico à medida que os eventos ocorrem



Quadro Estratégico do Conselho Consultivo da União Africana sobre Corrupção (AU ABC)

I Quadro legal melhorado para combater a corrupção

- a Encorajar a ratificação da Convenção pelos Estados Partes
- b Promover e encorajar a adopção pelos Estados Partes de quadro legal adequado e eficaz
- c Promover a adopção pelos Estados Partes de Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas
- d Conceber estratégias para lidar com as componentes comercial, criminosa e corrupta de fluxos financeiros ilícitos

II Capacidade reforçada dos Estados Partes para combater a corrupção

- a Reforçar a capacidade de actores-chave da área do combate à corrupção, regionais e nacionais, em todas as REC
- b Encorajar a troca de conhecimentos e de experiências entre actores da área do combate à corrupção em cada REC
- c Conceber e disponibilizar ferramentas e recursos de combate à corrupção

III Actividades melhoradas de apoio e cooperação

- a Melhorar o conhecimento sobre o papel do AU ABC; conceber e operacionalizar um plano de acção de apoio à declaração 2018 como Ano de África contra a Corrupção
- b Reforçar as relações do AU ABC com partes internas interessadas na governação
- c Reforçar as relações do AU ABC com partes interessadas externas

IV Capacidade institucional reforçada do Conselho e do Secretariado

- a Lidar com os constrangimentos do Secretariado em matéria de recursos e melhorar as suas capacidades de execução de tarefas
- b Reforçar a capacidade técnica do Secretariado
- c Definir a estrutura de governação entre o Conselho e o Secretariado
- d Disponibilização de instalações permanentes para satisfazer os requisitos operacionais do Conselho



Plano de Execução de 2018-2022

Plano pormenorizado de execução 1/23)



Objectivo da Estratégia Ia

Encorajar a ratificação da Convenção pelos Estados Partes da União Africana.

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
1 Levar a cabo missões de defesa de políticas em prol da ratificação da Convenção, tendo como alvo os países onde a Convenção está ainda por ratificar	Relatórios de missões de defesa de políticas	N/A	N/A	N/A	N/A	Conselho
2 Fiscalizar a situação da ratificação da Convenção no seio dos Estados Membros da União Africana e produzir relatórios anuais a apresentar ao Conselho Executivo	Relatórios regulares fazendo o rastreio da ratificação da Convenção e de outros instrumentos	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (2/23)



Objectivo da Estratégia Ib

Promover e encorajar a adopção de quadro legal adequado e eficaz pelos Estados Partes.

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
1 <i>Adoptar a lei modelo (concebida com o apoio da UNECA) para apoiar a integração adequada da Convenção pelos Estados Partes</i>	Lei modelo adoptada pelo Conselho Executivo da União Africana	Janeiro	Conselho
2 Circular leis modelo e encorajar todos os Estados Partes com leis existentes contra a corrupção a adaptar a lei modelo apropriada	Lei modelo adaptada por todos os Estados Partes que ratificaram a Convenção	Dezembro	Conselho
3 Circular leis modelo e encorajar todos os Estados Partes sem leis existentes contra a corrupção a adoptar a lei modelo apropriada	Lei modelo adoptada por todos os Estados Partes que ratificaram a Convenção	Dezembro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (3/23)



Objectivo da Estratégia Ib (continuação)

Promover e encorajar a adopção de quadro legal adequado e eficaz pelos Estados Partes

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
4 Encomendar estudos em cada 3 anos para analisar o nível de integração da lei modelo (e Convenção) pelos Estados Partes que ratificaram a Convenção	Relatório sobre o nível de integração da lei modelo (análise de lacunas e recomendações)	Dezembro			Conselho
5 Instituir um programa anual para reconhecer e confirmar os esforços de Estados Partes relativamente às melhores práticas na execução das disposições da Convenção, durante Cimeiras da UA e conferências e seminários anuais contra a corrupção	Reconhecimento Programa operacional	Janeiro	Janeiro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (4/23)



Objectivo da Estratégia Ic

Promover a adopção pelos Estados Partes de Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
1 Conceber e adoptar um código de conduta harmonizado para Entidades Públicas	Código de Conduta concebido e adoptado pelo Conselho Executivo da UA	Janeiro	Conselho
2 Efectuar um estudo para identificar Estados Partes com lacunas existentes no Código de Conduta para Entidades Públicas e Estados Partes sem um Código de Conduta para Entidades Públicas	Inquérito sobre a situação do Código de Conduta para Entidades Públicas em todos os Estados Partes que ratificaram a Convenção	Junho de	Conselho
3 Envolver Estados Partes no alinhamento de Códigos de Conduta existentes com o Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas	Estados Partes com Códigos de Conduta preexistentes, alinharam-nos com o Código de Conduta harmonizado	Dezembro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (5/23)



Objectivo da Estratégia Ic (continuação)

Promover a adopção pelos Estados Partes de Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
4 Envolver Estados Partes sem Código de Conduta para Entidades Públicas na adopção do Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas	Estados Partes sem Códigos de Conduta preexistentes, adoptaram o Código de Conduta harmonizado	Dezembro	Conselho
5 Encomendar e publicitar os resultados de inquéritos regulares sobre a situação da execução (e impacto) de Códigos de Conduta harmonizados para Entidades Públicas em Estados Partes que ratificaram a Convenção	Relatórios de inquéritos sobre o progresso feito com a execução e recomendações	Dezembro	Dezembro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (6/23)



Objectivo da Estratégia Id

Conceber e executar estratégias para lidar com a componente de corrupção de fluxos financeiros ilícitos

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
<p>1 Integrar os fluxos financeiros ilícitos no artigo 22 da Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção:</p> <ul style="list-style-type: none"> – “Conceber Metodologias para análise da natureza e dimensão dos fluxos financeiros ilícitos provenientes de África, e disseminar informações e sensibilizar o público sobre os efeitos negativos dos fluxos financeiros ilícitos provenientes de África” 	Os fluxos financeiros ilícitos integrados no artigo 22 da AUCPCC	Dezembro	Conselho
<p>2 Obter ratificação da versão revista da Convenção pelos Estados Partes</p>	Versão revista da Convenção ratificada por número mínimo de Estados Partes	Dezembro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (7/23)



Objectivo da Estratégia Id (continuação)

Conceber e executar estratégias para lidar com a componente de corrupção de fluxos financeiros ilícitos

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2019	2020	2021	
<p>3 Conceber um programa de actividades para a operacionalização da versão revista do artigo 22 da Convenção tendo em vista combater a componente de corrupção de fluxos financeiros ilícitos :</p> <ul style="list-style-type: none"> – Propor leis modelo a serem concebidas em torno das aquisições dos governos – Acesso melhorado do público aos Orçamentos Nacionais – Programa de sensibilização/defesa de políticas destinado a pormenorizar o impacto económico, social e político dos fluxos financeiros ilícitos 	Concebido programa sobre fluxos financeiros ilícitos	Junho	Secretariado

Plano pormenorizado de execução (8/23)



Objectivo da Estratégia IIa

Reforçar a capacidade de actores-chave da área do combate à corrupção, nacionais e regionais, em todas as REC

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2021	
1 Encomendar um estudo que identifique lacunas em termos de capacitação regional ao longo da cadeia de prevenção, investigação e de instauração de processos judiciais em Estados Partes que ratificaram a Convenção	Relatório de análise de lacunas para cada região	Dezembro	Secretariado
2 Envolver um consultor para a concepção de programas regionais de capacitação visando capacitar actores-chave ao longo da cadeia de prevenção, investigação e de instauração de processos judiciais	Concebidos programas de capacitação regional	Junho	Secretariado
3 Executar programas regionais de capacitação	Programa de capacitação regional está operacional	Janeiro	Secretariado

Plano pormenorizado de execução (9/23)



Objectivo da Estratégia IIb

Promover a troca de conhecimentos e de experiências entre actores nacionais e regionais envolvidos no combate à corrupção

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
<p>1 Organizar conferências anuais destinadas a actores-chave, tais como organismos de combate à corrupção, entidades responsáveis pela aplicação da lei e sistema judicial, ao longo da cadeia de prevenção, investigação e de instauração de processos judiciais (conjuntamente com partes interessadas externas) a fim de facilitar a partilha de experiências no combate à corrupção</p>	Realizados seminários anuais, de entrada livre, contra a corrupção	Junho	Junho	Junho	Junho	Conselho
<p>2 Realizar seminários e encontros regionais tendo como alvo actores-chave ao longo da cadeia de prevenção, investigação e de instauração de processos judiciais a fim de facilitar a partilha de experiências no combate à corrupção</p>	2 seminários regionais realizados anualmente	Março e Setembro	Março e Setembro	Março e Setembro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (10/23)



Objectivo da Estratégia IIc

Conceber e disponibilizar ferramentas e recursos de combate à corrupção

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
1 Estabelecer uma rede de pontos focais para a recolha de dados sobre actos de corrupção e delitos afins por país	Criada rede de rede de pontos focais nacionais e regionais	Junho	Secretariado
2 Iniciar a recolha e análise de dados sobre actos de corrupção e delitos afins por país	Recolha e análise de dados operacionais	Junho	Secretariado
3 Publicar regularmente e tornar acessível dados sobre actos de corrupção	Dados publicados no portal electrónico do AU ABC, sendo de livre acesso ao público	Setembro	Setembro	Setembro	Secretariado

Plano pormenorizado de execução (11/23)



Objectivo da Estratégia IIc (continuação)

Conceber e disponibilizar ferramentas e recursos de combate à corrupção

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
4 Avaliar os instrumentos existentes de medição de corrupção no que se refere ao seu campo de aplicação, tal como definido pela Convenção	Relatório de avaliação dos actuais instrumentos de medição de corrupção em uso no continente africano	Dezembro	Secretariado
5 Conceber novos métodos de análise da natureza e âmbito da corrupção em África	Concebidos novos métodos de avaliação da corrupção em África	Junho	Secretariado
6 Realizar estudo de base de dois em dois anos sobre conduta e comportamentos não éticos por parte de actores-chave (por exemplo, Corporações Multinacionais) a operar em África	Realizado estudo de base e disseminados os resultados	Junho	Secretariado

Plano pormenorizado de execução (12/23)



Objectivo da Estratégia IIc (continuação)

Conceber e disponibilizar ferramentas e recursos de combate à corrupção

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
7 Facilitar o acesso de organismos nacionais de combate à corrupção a bases de dados internacionais de combate à corrupção	Acesso a bases de dados internacionais concedido a todos os organismos nacionais de combate à corrupção	Dezembro	Secretariado
Integrar o plano de comunicações de 2018 da AU ABC no Plano Estratégico 2018-2022	Plano de comunicações de 2018 integrado no Plano Estratégico 2018-2022	Março	Secretariado

Plano pormenorizado de execução (13/23)



Objectivo da Estratégia IIIa

Melhorar o conhecimento do público em geral sobre o papel do AU ABC, conceber e operacionalizar um plano de acção de apoio à declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
1 Conceber e operacionalizar a estratégia de comunicações do AU ABC, abordando: <ul style="list-style-type: none"> – Sensibilização do público em geral – Envolvimento das principais partes interessadas 	Estratégia de comunicações concebida e operacionalizada	Dezembro	Secretariado

2 Conceber e aprovar no documento conceptual sobre a declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção	Documento conceptual concluído	Janeiro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (14/23)



Objectivo da Estratégia IIIa (continuação)

Melhorar o conhecimento do público em geral sobre o papel do AU ABC; conceber e operacionalizar um plano de acção de apoio à declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
<p>3 Operacionalizar o documento conceptual sobre a declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção</p> <ul style="list-style-type: none"> – Actividades propostas referentes ao processo – Actividades preparatórias propostas – Actividades propostas sobre gestão de conhecimentos – Actividades propostas de defesa de políticas e de campanhas de apoio – Actividades propostas para financiamento 	Documento conceptual operacionalizado	Dezembro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (15/23)



Objectivo da Estratégia IIIb

Reforçar as relações e envolvimento com instituições internas do AU ABC para a área da governação e partes interessadas

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
1 Conceber conjuntamente com partes interessadas a nível interno o programa regional africano de combate à corrupção para o quinquénio 2019-2023	Concebido o programa regional africano de combate à corrupção para 2019-2023	Dezembro	Secretariado
2 Executar o programa regional africano de combate à corrupção para o quinquénio 2019-2023 conjuntamente com partes interessadas a nível interno da UA	O programa regional africano de combate à corrupção para 2019-2023 está operacional	Janeiro	Secretariado
3 Nomear Ponto Focal do AU ABC para a Arquitectura de Governação Africana (AGA)	Nomeado Ponto Focal para a AGA	Junho	Conselho

Plano pormenorizado de execução (16/23)



Objectivo da Estratégia IIIb (continuação)

Reforçar as relações e envolvimento com instituições internas do AU ABC para a área da governação e partes interessadas

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
4 Operacionalizar a participação do AU ABC na Arquitectura de Governação Africana (AGA)	Participação integral e regular nas operações e reuniões da AGA	Janeiro	Secretariado
5 Identificar potenciais programas para colaboração conjunta com o Tribunal Africano e a UNECA em áreas de desenvolvimento e execução. Por exemplo, estratégia de comunicações com o Tribunal Africano	Programa de actividades conjuntas com o Tribunal Africano delineadas e operacionais	Setembro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (17/23)



Objectivo da Estratégia IIIc

Reforçar as relações do AU ABC com partes interessadas externas

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
1 Identificar e mapear potencial apoio de parceiros externos nas áreas de : <ul style="list-style-type: none"> – Financiamento – Capacitação e – Execução de programas 	Parceiros identificados e mapeados para as três áreas cruciais	Junho	Conselho
2 Conceber novas estratégias de parceria entre o AU ABC e partes interessadas externas em todas as áreas identificadas, visando dirigir envolvimentos estruturados	Concebidas estratégias de envolvimento com parceiros	Setembro	Conselho
3 Operacionalizar novas estratégias de parceria em todas as três áreas identificadas	Estão operacionais as estratégias de envolvimento com parceiros	Dezembro	Secretariado

Plano pormenorizado de execução (18/23)



Objectivo da Estratégia IIIc (continuação)

Reforçar as relações do AU ABC com partes interessadas externas

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
4 Conceber e operacionalizar uma estratégia para um novo envolvimento com parceiros externos cruciais e reforço de relações tensas com os mesmos	Concebida e em estado operacional a estratégia para um novo envolvimento com parceiros	Dezembro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (23/23)



Objectivo da Estratégia IVd

Garantir a disponibilização de instalações permanentes para satisfazer os requisitos operacionais do Conselho

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
1 Estabelecimento do Comité Conjunto de Facilitação e operacionalização das suas actividades	Comité Conjunto de Facilitação estabelecido e em funcionamento	Junho	Conselho
2 Conceber e obter aprovação para os planos finais de arquitectura	Planos de arquitectura concebidos e aprovados	Junho	Conselho
3 Iniciar construção das instalações permanentes do Conselho Consultivo da União Africana sobre Corrupção	Iniciada construção das instalações permanentes	Junho	Conselho

Plano pormenorizado de execução (19/23)



Objectivo da Estratégia IVa

Lidar com os constrangimentos do Secretariado em matéria de recursos e melhorar as suas capacidades de execução de tarefas

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável	
		2018	2019	2020	2021	2022		
1			Secretariado	
<hr/>								
2	Finalizar e aprovar uma estrutura provisória de execução de tarefas para apoio ao Secretariado na execução do Plano Estratégico e de Execução de 2017-2021	Aprovada a estrutura provisória de execução de projectos	Junho	Conselho

Plano pormenorizado de execução (20/23)



Objectivo da Estratégia IVa (continuação)

Lidar com os constrangimentos do Secretariado em matéria de recursos e melhorar as suas capacidades de execução de tarefas

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
3 Envolver parceiros externos para prover de pessoal a estrutura provisória de execução de tarefas a fim de facilitar a execução do Plano Estratégico : <ul style="list-style-type: none">– Substituições temporárias– Obtenção directa de recursos	Estrutura provisória de execução de tarefas integralmente provida de pessoal	Dezembro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (21/23)



Objectivo da Estratégia IVb

Reforçar a capacidade técnica do Secretariado

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
1 Efectuar análise sobre lacunas em matéria de conhecimentos específicos de cada função relativamente a todos os funcionários do Secretariado e membros do AU ABC	Relatório sobre lacunas na área de conhecimentos e recomendações para preencher essas lacunas	Dezembro	Secretariado
2 Conceber e operacionalizar programa de capacitação a fim de preencher lacunas em matéria de conhecimentos relativamente a todos os funcionários do AU ABC	Concebido e em funcionamento plano de capacitação	Junho	Secretariado
3 Conceber e operacionalizar estratégia de transição (incluindo programa de integração) para novos membros do Conselho a fim de assegurar continuidade na execução de iniciativas estratégicas	Concebido e em funcionamento nova estratégia do Conselho	Janeiro	Conselho

Plano pormenorizado de execução (22/23)



Objectivo da Estratégia IVc

Definir a estrutura de governação entre o Conselho e o Secretariado

Actividades	Resultados práticos	Alvos Anuais					Entidade responsável
		2018	2019	2020	2021	2022	
		
1 Conceber uma estrutura de governação para o planeamento e elaboração de relatórios entre : <ul style="list-style-type: none"> • Conselho Consultivo • Secretariado Executivo 	Definida a estrutura de governação do AU ABC	Dezembro	Conselho
2 Definir as relações entre o Conselho Consultivo, o Secretariado Executivo e o Departamento de Assuntos Políticos relativamente à elaboração de relatórios	Definidas relações no âmbito da elaboração de relatórios	Junho	Conselho



Passagem em revista do Plano Estratégico de 2018-2022 à luz da Agenda 2063 e do Plano de Execução do Decénio



Passagem em revista do Plano Estratégico à luz da Agenda 2063 e do Plano de Execução do Decénio (1/5)

Aspiração 3: Uma África de Boa Governação, Democracia, Respeito pelos Direitos Humanos, Justiça e Regras de Direito

Plano de Execução da Agenda 2063 da UA

Objectivo e

Área Prioritária Alvo em 2023

Objectivo 11: Valores democráticos, práticas, princípios universais de Direitos Humanos, Justiça e Regras de Direito profundos

- Nacional:**
- Pelo menos 70% das pessoas acredita que possui poderes e que atribui responsabilidades aos dirigentes
 - Pelo menos 70% das pessoas entende que a informação é livre e que a liberdade de expressão pertence-lhe

Área Prioritária (1) Os valores e práticas democráticos são a norma

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Eixos Estratégicos

- **Eixos Estratégicos III:** Actividades de apoio e cooperação melhoradas

Objectivos

- **Objectivo IIIa:** Melhorar o papel do AU ABC de sensibilização do público em geral; Conceber e operacionalizar um plano de acção em apoio à declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção

Actividades

- **1:** Conceber uma estratégia de comunicações do AU ABC para lidar com:
 - Sensibilização do público em geral
 - Envolvimento das principais partes interessadas
- **2:** Conceber e aprovar no documento conceptual a declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção
- **3:** Operacionalizar o documento conceptual sobre a declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção
 - Actividades do processo propostas; actividades preparatórias; actividades de gestão de conhecimentos; actividades de defesa de políticas e de apoio; e actividades de financiamento



Passagem em revista do Plano Estratégico à luz da Agenda 2063 e do Plano de Execução do Decénio (2/5)

Aspiração 3: Uma África de Boa Governação, Democracia, Respeito pelos Direitos Humanos, Justiça e Regras de Direito

Plano de Execução da Agenda 2063 da UA

Objectivo e Área Prioritária **Alvo em 2023**

Objectivo 11: Continental Valores democráticos, práticas, princípios universais de Direitos Humanos, Justiça e Regras de Direito profundos

- **Grupos de AGA para a governação totalmente funcionais e operacionais**

Área Prioritária(1)
Os valores e práticas democráticos são a norma

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Eixo(s) Estratégico(s)	Objectivo(s)	Actividades
<ul style="list-style-type: none"> • Eixos Estratégicos III: Actividades de apoio e cooperação melhoradas 	<ul style="list-style-type: none"> • Objectivo IIIb: Reforçar as relações e envolvimento do AU ABC com instituições de governação internas da União Africana e partes interessadas 	<ul style="list-style-type: none"> • 3: Nomear um ponto focal do AU ABC para a Arquitectura de Governação Africana (AGA) • 4: Operacionalizar a participação do AU ABC na Arquitectura de Governação Africana (AGA)

Passagem em revista do Plano Estratégico à luz da Agenda 2063 e do Plano de Execução do Decénio (3/5)



Aspiração 3: Uma África de Boa Governação, Democracia, Respeito pelos Direitos Humanos, Justiça e Regras de Direito

Plano de Execução da Agenda 2063 da UA

Objectivo e Área Prioritária	Alvo em 2023
Objectivo 12: Instituições capazes e chefiadas transformadas presentes a todos os níveis	Nacional: <ul style="list-style-type: none"> Pelo menos 70% do público reconhece que a função pública é profissional, capaz, neutra e livre de corrupção

Área Prioritária (1) Instituições e Chefiadas

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Eixo(s) Estratégico(s)	Objectivo(s)	Actividades
<ul style="list-style-type: none"> Eixos da Estratégia I: Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> Objectivo Ic: Promover a adopção pelos Estados Partes de um Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas 	<ul style="list-style-type: none"> 1: Conceber e adoptar um Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas 3: Envolver os Estados Partes com Códigos de Conduta para Entidades Públicas no alinhamento de Códigos de Conduta existentes com o Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas 4: Envolver Estados Partes sem Código de Conduta para Entidades Públicas na adopção do Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas 5: Encomendar e publicitar os resultados de inquéritos regulares sobre a situação da execução (e impacto) de Códigos de Conduta harmonizados para Entidades Públicas em Estados Partes que ratificaram a Convenção

Passagem em revista do Plano Estratégico à luz da Agenda 2063 e do Plano de Execução do Decénio (4/5)



Aspiração 3: Uma África de Boa Governação, Democracia, Respeito pelos Direitos Humanos, Justiça e Regras de Direito

Plano de Execução da Agenda 2063 da UA

Objectivo e

Área Prioritária

Alvo em 2023

Objectivo 12:
Instituições capazes e chefiadas transformadas presentes a todos os níveis

Área Prioritária (1)
Instituições e Chefiadas

Continental

- Pelo menos 70% dos Estados Membros aplica a Convenção da UA para a Prevenção e Combate à Corrupção**

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Eixos Estratégicos

Objectivos

Actividades

- Eixos da Estratégia I:**
Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

- Objectivo Ib:**
Promover e encorajar a adopção de quadro legal adequado e eficaz pelos Estados Partes

- Actividade (1):** Adoptar a lei modelo (concebida com o apoio da UNECA) para apoiar a integração adequada da Convenção pelos Estados Partes
- Actividade (2):** Circular leis modelo e encorajar os Estados Partes com quadro jurídico existente contra a corrupção a adaptar a lei modelo apropriada
- Actividade 3:** Circular leis modelo e encorajar Estados Partes sem quadro legal contra a corrupção a adoptar a lei modelo

Passagem em revista do Plano Estratégico à luz da Agenda 2063 e do Plano de Execução do Decénio (5/5)



Aspiração 3: Uma África de Boa Governação, Democracia, Respeito pelos Direitos Humanos, Justiça e Regras de Direito

Plano de Execução da Agenda 2063 da UA

Objectivo e

Área Prioritária

Alvo em 2023

Objectivo 12:
Instituições
capazes e
chefias
transformadas
presentes a
todos os
níveis

Continental

- Pelo menos 70% dos Estados Membros aplica a Convenção da UA para a Prevenção e Combate à Corrupção**

Área
Prioritária(1)
Instituições e
Chefias

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Eixos Estratégicos

- Eixos da Estratégia I:**
Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

Objectivos

- Objectivo Ib:**
Promover e encorajar a adopção de quadro legal adequado e eficaz pelos Estados Partes

Actividades

- (4):** Encomendar estudos anuais para analisar o nível de integração da lei modelo (e Convenção) pelos Estados Partes que ratificaram a Convenção
- (5):** Instituir um programa anual para reconhecer e confirmar os esforços de Estados Partes relativamente às melhores práticas na execução das disposições da Convenção, durante Cimeiras da UA e conferências e seminários anuais contra a corrupção



Passagem em revista do Plano Estratégico de 2018-2022 à luz do Quadro da Arquitectura de Governação Africana

Passagem em revista do Plano Estratégico do AU ABC à luz do Quadro da Arquitectura de Governação Africana (1/8)



Objectivos da AGA

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Objectivos

1 Acelerar a ratificação, integração, execução e fiscalização de instrumentos contendo Valores Africanos partilhados

2 Aprofundar a sinergia, coordenação, cooperação e harmonização de instrumentos contendo valores africanos partilhados entre órgãos da UA, instituições e REC, relativamente à democracia, governação, direitos humanos e assuntos humanitários

Eixos Estratégicos

• **Eixos Estratégicos I:** Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

Objectivos

• **Objectivo Ia:** Encorajar a ratificação da Convenção pelos Estados Partes

• **Objectivo Ib:** Promover e encorajar a adopção de quadro legal adequado e eficaz pelos Estados Partes

Actividades

• **Actividade 1:** Efectuar missões em prol da ratificação da Convenção, identificando países que ainda não ratificaram a Convenção

• **Actividade 2:** Fiscalizar a situação da ratificação da Convenção no seio dos Estados Membros da União Africana e elaborar relatórios anuais para o Conselho Executivo

• **Actividade 1:** Adoptar a lei modelo (concebida com o apoio da UNECA) para apoiar a integração adequada da Convenção pelos Estados Partes

• **Actividade 2:** Circular leis modelo e encorajar os Estados Partes com quadro jurídico existente contra a corrupção a adaptar a lei modelo apropriada

• **Actividade 3:** Circular leis modelo e encorajar os Estados Partes sem quadro legal contra a corrupção a adoptar a lei modelo apropriada

• **Actividade 4:** Encomendar estudos anuais para analisar o nível de integração da lei modelo (e Convenção) pelos Estados Partes que ratificaram a Convenção

Passagem em revista do Plano Estratégico do AU ABC à luz do Quadro da Arquitectura de Governação Africana (2/8)



Objectivos da AGA

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Objectivos

1 Acelerar a ratificação, integração, execução e fiscalização de instrumentos contendo Valores Africanos partilhados

2 Aprofundar a sinergia, coordenação, cooperação e harmonização de instrumentos contendo valores africanos partilhados entre órgãos da UA, instituições e REC, relativamente à democracia, governação, direitos humanos e assuntos humanitários

Eixos Estratégicos

• **Eixos Estratégicos I:** Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

Objectivos

• **Objectivo Ib:** Promover e encorajar a adopção de um quadro legal adequado e eficaz pelos Estados Partes

• **Objectivo Ic:** Promover a adopção de Códigos de Conduta harmonizados para Entidades Públicas pelos Estados Partes

Actividades

• **Actividade 1:** Adoptar a lei modelo (concebida com o apoio da UNECA) para apoiar a integração adequada da Convenção pelos Estados Partes

• **Actividade 2:** Circular leis modelo e encorajar os Estados Partes com quadro jurídico existente contra a corrupção a adaptar a lei modelo apropriada

• **Actividade 3:** Circular leis modelo e encorajar os Estados Partes sem quadro legal contra a corrupção a adoptar a lei modelo apropriada

• **Actividade 1:** Conceber e adoptar um Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas

• **Actividade 2:** Efectuar um estudo para identificar Estados Partes com lacunas existentes em Código de Conduta para Entidades Públicas e Estados Partes sem um Código de Conduta para Entidades Públicas

• **Actividade 3:** Envolver os Estados Partes no alinhamento de Códigos de Conduta existentes com o Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas

Passagem em revista do Plano Estratégico do AU ABC à luz do Quadro da Arquitectura de Governação Africana (3/8)

Objectivos da AGA

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Objectivos

Eixos Estratégicos

Objectivos

Actividades

1 Acelerar a ratificação, integração, execução e fiscalização de instrumentos contendo Valores Africanos partilhados

• **Eixos Estratégicos I:** Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

• **Objectivo Ic:** Promover a adopção pelos Estados Partes de Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas

• **Actividade 4:** Envolver Estados Partes sem Código de Conduta para Entidades Públicas tendo em vista a Adopção de Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas

• **Actividade 5:** Encomendar e publicitar os resultados de inquéritos regulares sobre a situação da execução (e impacto) de Códigos de Conduta harmonizados para Entidades Públicas em Estados Partes que ratificaram a Convenção

2 Aprofundar a sinergia, coordenação, cooperação e harmonização de instrumentos contendo valores africanos partilhados entre órgãos da UA, instituições e REC, relativamente à democracia, governação, direitos humanos e assuntos humanitários

Passagem em revista do Plano Estratégico do AU ABC à luz do Quadro da Arquitectura de Governação Africana (4/8)

Objectivos da AGA

Objectivos

- 3 Valorizar a capacidade dos órgãos da UA, instituições e REC para apoiar Estados Membros no reforço da governação e na consolidação da democracia através da execução de agenda de valores partilhados

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Eixos Estratégicos

- Eixos da Estratégia II: Capacidade reforçada dos Estados Partes para combater a corrupção

Objectivos

- Objectivo IIa: Reforçar a capacidade de actores nacionais e regionais da área do combate à corrupção em todas as REC
- Objectivo IIb: Encorajar a troca de onhecimentos e de experiências entre actores nacionais e regionais da área do combate à corrupção

Actividades

- Actividade 1: Encomendar um estudo que identifique lacunas em termos de capacitação regional ao longo da cadeia de prevenção, investigação e instauração de processos judiciais contra a corrupção em todos os Estados Partes que ratificaram a Convenção
- Actividade 2: Envolver consultor na concepção de programas regionais de capacitação visando capacitar actores-chave ao longo da cadeia de prevenção, investigação e instauração de processos judiciais contra a corrupção
- Actividade 3: Operacionalizar programas regionais de capacitação
- Actividade 1: Organizar conferências anuais destinadas a actores-chave, tais como organismos de combate à corrupção, entidades responsáveis pela aplicação da lei e sistema judicial, ao longo da cadeia de prevenção, investigação e instauração de processos judiciais, conjuntamente com partes interessadas externas, a fim de facilitar a partilha de experiências no combate à corrupção
- Actividade 2: Realizar seminários e encontros regionais tendo como alvo actores-chave ao longo da cadeia de prevenção, investigação e instauração de processos judiciais a fim de facilitar a partilha de experiências no combate à corrupção

Passagem em revista do Plano Estratégico do AU ABC à luz do Quadro da Arquitectura de Governação Africana (5/8)

Objectivos da AGA

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Objectivos

- 3 Valorizar a capacidade dos órgãos da UA, instituições e REC para apoiar Estados Membros no reforço da governação e na consolidação da democracia através da execução de agenda de valores partilhados**

Eixos Estratégicos

- **Eixos da Estratégia II:**
Capacidade reforçada dos Estados Partes para combater a corrupção

Objectivos

- **Objectivo IIc:**
Conceber e tornar acessível ferramentas e recursos contra a corrupção

Actividades

- 1) Estabelecer uma rede de pontos focais para a recolha de dados sobre actos de corrupção e delitos afins por país
- 2) Iniciar a recolha e análise de dados sobre actos de corrupção e delitos afins por país
- 3) Publicar regularmente e tornar acessível dados sobre actos de corrupção
- 4) Avaliar os instrumentos existentes de medição de corrupção no que se refere ao seu campo de aplicação, tal como definido pela Convenção
- 5) Conceber novos métodos de análise da natureza e âmbito da corrupção em África
- 6) Realizar estudo de base de dois em dois anos sobre conduta e comportamentos não éticos por parte de actores-chave (por exemplo, Corporações Multinacionais) a operar em África
- 7) Facilitar o acesso de organismos nacionais de combate à corrupção a bases de dados internacionais de combate à corrupção

Passagem em revista do Plano Estratégico do AU ABC à luz do Quadro da Arquitectura de Governação Africana (6/8)



Objectivos da AGA

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Objectivos

4 Valorizar a participação popular e o envolvimento dos cidadãos na concretização da democracia, governação e respeito pelos direitos humanos e dos povos

5 Gerar, gerir e disseminar conhecimentos sobre a agenda africana de valores partilhados, governação democrática em África

Eixos Estratégicos

• **Eixos da Estratégia III:**
Actividades de apoio e cooperação valorizadas

Objectivos

• **Objectivo IIIa:**
Incrementar a sensibilização sobre o papel do AU ABC; conceber e operacionalizar um plano de acção de apoio à declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção

Actividades

- **(1):** Conceber uma estratégia de comunicações com o AU ABC, que lide com:
 - Sensibilização do público em geral
 - Envolvimento das principais partes interessadas
- **(2):** Conceber e aprovar no documento conceptual a declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção
- **(3):** Operacionalizar o documento conceptual sobre a declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção
 - Actividades do processo propostas;
 - Actividades preparatórias propostas;
 - Actividades de gestão de conhecimentos propostas;
 - Actividades de defesa de políticas e de apoio propostas; e
 - Actividades de financiamento propostas



Passagem em revista do Plano Estratégico do AU ABC à luz do Quadro da Arquitectura de Governação Africana (7/8)

Objectivos da AGA

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Objectivos

- 6** Coordenar a avaliação e a elaboração de relatórios sobre a execução e cumprimento das normas da UA sobre governação e democracia, conforme os artigos 44, 45 e 49 da ACDEG

Eixos Estratégicos

- Eixos Estratégicos I:** Quadro jurídico para combater a corrupção valorizado

Objectivos

- Objectivo Ib:** Promover e encorajar a adopção de um quadro legal adequado e eficaz pelos Estados Partes
- Objectivo Ic:** Promover a adopção pelos Estados Partes do Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas

Actividades

- (4):** Encomendar estudos anuais para analisar o nível de integração da lei modelo (e Convenção) pelos Estados Partes que ratificaram a Convenção
- (5):** Encomendar e publicitar os resultados de inquéritos regulares sobre a situação da execução (e impacto) de Códigos de Conduta harmonizados para Entidades Públicas em Estados Partes que ratificaram a Convenção

Passagem em revista do Plano Estratégico do AU ABC à luz do Quadro da Arquitectura de Governação Africana (8/8)



Objectivos da AGA

Estratégia e Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022

Objectivos

Eixos Estratégicos

Objectivos

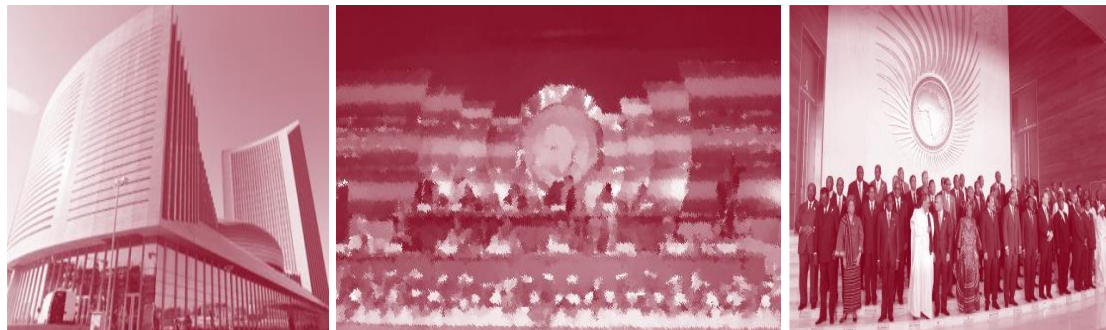
Actividades

7 Encorajar o diálogo e partilhar lições ou tendências, oportunidades e perspectivas comparáveis, para melhoria da governação e democracia entre os Estados Membros

- **Eixos da Estratégia II:**
Reforçada a capacidade dos Estados Partes de combate à corrupção

- **Objectivo lib:**
Encorajar a troca de conhecimentos e de experiências entre actores da área do combate à corrupção em cada REC

- **(1):** Organizar conferências anuais destinadas a actores-chave, tais como organismos de combate à corrupção, entidades responsáveis pela aplicação da lei e sistema judicial, ao longo da cadeia de prevenção, investigação e instauração de processos judiciais (conjuntamente com partes interessadas externas), a fim de facilitar a partilha de experiências no combate à corrupção
- **(2):** Realizar seminários e encontros regionais tendo como alvo actores-chave ao longo da cadeia de prevenção, investigação e instauração de processos judiciais (organismos de combate à corrupção, entidades responsáveis pela aplicação da lei e sistema judicial), a fim de facilitar a partilha de experiências no combate à corrupção



Introdução ao AU ABC

Passagem em revista do Plano Estratégico de 2011-2015

Estratégia e Plano de Execução de 2018-2022

Factores de Encorajamento do Plano de Execução de 2018-2022

Anexos



Para permitir a execução da estratégia, terá de ser criada uma estrutura temporária para reforço da capacidade do Secretariado

Administração e governação

Director Financeiro e Administrativo
Documentalista
Secretária Bilingue

**Secretário Executivo
AU ABC**

■ Estrutura de Apoio à Execução Temporária
■ Estrutura permanente

**Oficial Sénior de Políticas
(Assuntos Jurídicos e Políticos)**

Coordenador de Apoio à Execução de Tarefas

**Oficial Sénior de Políticas
(Assuntos Jurídicos e Políticos)**

Perito Analista

Perito de Medições e Avaliações

Perito de Comunicações

Perito de Desenvolvimento e Apoio a Programas

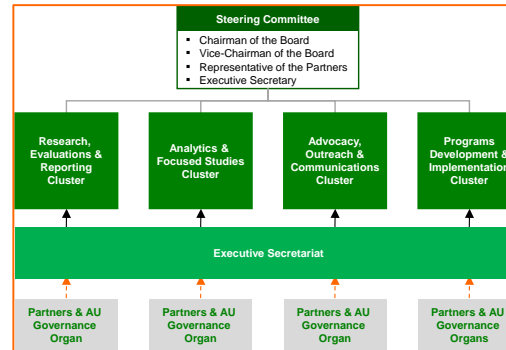
Propomos uma estrutura do tipo de execução de tarefas a fim de melhorar a estratégia de execução de ~5% para ~50% ao longo dos próximos 5 anos...

Fraca execução do plano estratégico de 2011-2015



- Fraca execução da estratégia de 2011 a 2015, resultante de:
 - Desafios relativos a capacidades
 - Desafios relativos a conhecimentos técnicos
 - Funções de execução pouco claras entre o Secretariado e o Conselho
 - Objectivos muito ambiciosos
- Não há razões para acreditar que a execução da nova estratégia seria diferente

Estrutura de execução e critérios de concepção propostos



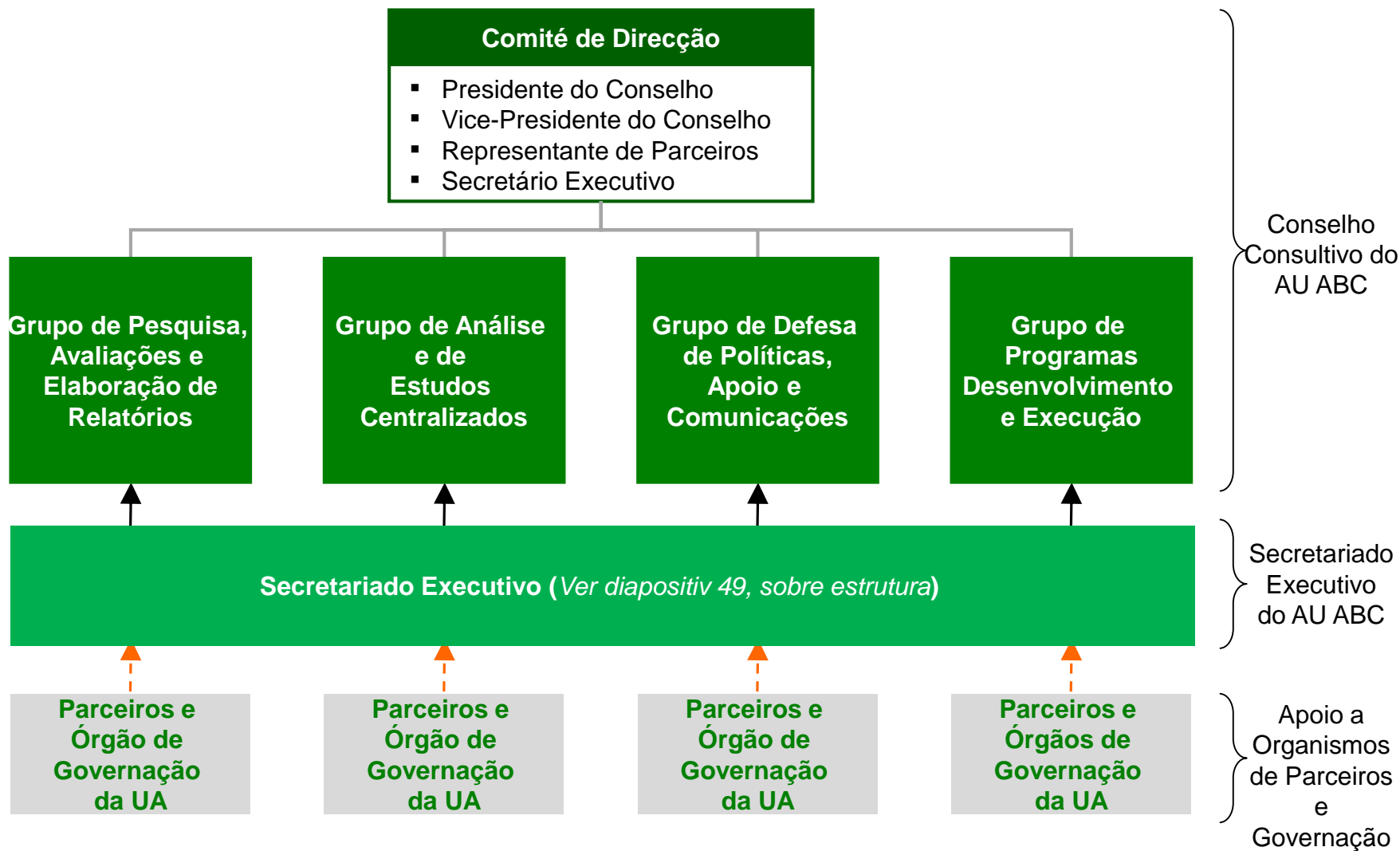
Considerações conceptuais

- Relações melhoradas e reforçadas entre o Conselho e o Secretariado
- Maior envolvimento do Conselho na execução da estratégia
- Colaboração melhorada com parceiros e partes interessadas:
 - Obtenção de recursos – execução de estratégia
 - Capacitação

Impacto da nova estrutura

- A melhoria da execução exigiria dar realce, a curto prazo, à execução da estrutura e não a outros factores de encorajamento, tais como as estruturas de gestão de desempenho
- A estrutura de execução proposta mobilizará recursos junto das partes interessadas, dando azo a uma estreita colaboração (e funções e responsabilidades definidas) no seio do AU ABC
- Isso resultaria numa melhoria assinalável na execução

... a estrutura/mecanismo de execução teria o seguinte modelo interactivo com as principais partes interessadas...



... e a seguinte estrutura de governação, delineada para todas as principais partes interessadas

Função

A Comité de Direcção

- Indicar direcção
- Tomar decisões ou fazer recomendações; aprovar objectivos e planos durante as sessões do Conselho ou reuniões especiais destinadas a considerar a execução do plano estratégico
- Integrar a nível de grupos

B Grupos

- Dirigir o programa diariamente
- Proporcionar chefias para a resolução de problemas
- Mobilizar recursos
- Integrar correntes de trabalho

C Secretariado

- Executar análises quotidianas, e pôr em prática iniciativas estratégicas identificadas na Estratégia e no Plano de Execução do AU ABC de 2018 a 2022 AU ABC

D Parceiros

- Prestar apoio à execução de tarefas – recursos e financiamento
- Fornecer perspectiva e orientação gerais
- Proporcionar as melhores práticas internacionais



Introdução ao AU ABC

Passagem em revista do Plano Estratégico de 2011-2015

Estratégia e Plano de Execução de 2018-2022

Factores de Encorajamento do Plano de Execução de 2018-2022

Anexos



Quadro Lógico

Quadro Lógico(1/22)

Eixos da Estratégia I

Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos

a Encorajar a ratificação da Convenção pelos Estados Membros da União Africana

Actividades

- Levar a cabo missões de defesa de políticas em prol da ratificação da Convenção, tendo como alvo os países onde a Convenção está ainda por ratificar
- Fiscalizar a situação da ratificação da Convenção no seio dos Estados Membros da União Africana e produzir relatórios anuais a apresentar ao Conselho Executivo
-

Resultados Esperados

- Melhoria nas ratificações da Convenção
- Publicar regularmente um relatório anual sobre a situação da ratificação, indicando em traços largos:
 - Países onde a Convenção está ainda por ratificar
 - Questões que impedem a ratificação
 - Medidas tomadas para resolver questões
 - Recomendações sobre os próximos passos a dar

Indicadores de Resultados

- Número de missões bem-sucedidas a Estados membros onde a Convenção está ainda por ratificar
- Instalar sistema de rastreio activo para captar e sanar questões que impedem a ratificação
- Progresso feito no sentido de direccionar Estados membros para o sistema de rastreio/canal de ratificação
- Em Dezembro de cada ano (a partir de 2019), é publicado um relatório sobre a Situação da Ratificação, o qual é depois apresentado ao Conselho Executivo

Eixos da Estratégia I

Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
b Promover e encorajar a adopção de quadro legal adequado e eficaz pelos Estados Partes	<ul style="list-style-type: none"> • Adoptar a lei modelo contra a corrupção (concebida com o apoio da UNECA) para apoiar a integração adequada da Convenção pelos Estados Partes • Circular leis modelo e encorajar todos os Estados Partes com quadro jurídico existente contra a corrupção a adaptar a lei modelo apropriada contra a corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> • Lei modelo adoptada pelo Conselho Executivo da União Africana • Lei modelo contra a corrupção adaptada e aplicada eficazmente pelos Estados Partes 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação da lei modelo ao Conselho Executivo em Janeiro de 2019 para adopção • Realizado um estudo base para identificação de lacunas entre leis dos Estados Partes contra a corrupção e a lei modelo. O estudo a propor estratégias para preenchimento de lacunas. • Série de seminários regionais e nacionais realizada com Estados Partes para prestar apoio à adaptação de leis existentes contra a corrupção à lei modelo • Todos os Estados Partes que ratificaram a Convenção deverão ter leis existentes harmonizadas até Dezembro de 2022

Quadro Lógico(3/22)

Eixos da Estratégia I

Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
b Promover e encorajar a adopção de quadro legal adequado e eficaz pelos Estados Partes	<ul style="list-style-type: none"> • Circular leis modelo e encorajar todos os Estados Partes sem quadro legal contra a corrupção a adoptar a lei modelo • Encomendar estudos anuais para analisar o nível de integração da lei modelo (e Convenção) pelos Estados Partes que ratificaram a Convenção 	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas nacionais contra a corrupção reforçadas e eficazes no seio dos Estados Partes • Obter uma visão alargada sobre o progresso que está a ser feito pelos Estados Partes para integração de leis modelo, e conhecimentos profundos sobre questões e desafios enfrentados durante a integração 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizado um estudo de base para identificar Estados Partes sem leis contra a corrupção. Propor estratégias no sentido dos Estados Partes adoptarem a lei modelo • Série de seminários regionais e nacionais realizados com sucesso juntamente com Estados Partes a fim de prestar apoio à adopção da lei modelo • Todos os Estados Partes que ratificaram a Convenção e sem leis contra a corrupção deverão adoptar leis modelo até Dezembro de 2022 • Efectuar um estudo por ano (com início em Dezembro de 2020) sobre o nível de integração da lei modelo e Convenção, delineando: <ul style="list-style-type: none"> – Lacunas no nível de integração – Recomendações sobre a forma de preencher essas lacunas

Quadro Lógico(4/23)

Eixos da Estratégia I

Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
<p>b Promover e encorajar a adopção de quadro legal adequado e eficaz pelos Estados Partes</p>	<ul style="list-style-type: none"> Instituir um programa anual para reconhecer e confirmar os esforços de Estados Partes relativamente às melhores práticas na execução das disposições da Convenção, durante Cimeiras da UA e conferências e seminários anuais contra a corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> Encorajar os Estados Partes a ratificar e a integrar a Convenção, e encorajar a partilha/adopção das melhores práticas relativamente à integração da Convenção 	<ul style="list-style-type: none"> Critérios para identificação das melhores práticas concebidos e partilhados em Dezembro de 2019 Programa de reconhecimento concebido e criado em Junho de 2020 Programa de reconhecimento inaugural operacional em Janeiro de 2021, realizando-se programas anuais em Janeiro de cada ano
<p>c Promover a adopção de códigos de conduta harmonizados para entidades públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Conceber e adoptar um Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas 	<ul style="list-style-type: none"> Conceber um código de conduta modelo para lidar com a corrupção na função pública 	<ul style="list-style-type: none"> Código de Conduta modelo para Entidades Públicas concebido até Dezembro de 2020 Código de Conduta modelo para Entidades Públicas apresentado ao Conselho Executivo e adoptado em Janeiro de 2021

Quadro Lógico(5/22)

Eixos da Estratégia I

Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
<p>C Promover a adopção pelos Estados Partes de códigos de conduta harmonizados para entidades públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Realizar um estudo de base para identificar Estados Partes com lacunas existentes nos códigos de conduta para entidades públicas, e Estados Partes sem Código de Conduta para Entidades Públicas Envolver Estados Partes no alinhamento de Códigos de Conduta existentes com o Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas 	<ul style="list-style-type: none"> Obter uma visão aprofundada e informada da existência de códigos de conduta em todos os Estados Partes (que ratificaram a Convenção) Código de conduta para entidades públicas simplificado e reforçado, em conformidade com as melhores práticas e capaz de contrariar a corrupção no seio da função pública 	<ul style="list-style-type: none"> Um estudo de base realizado até Junho de 2020 para: <ul style="list-style-type: none"> Identificar Estados Partes sem Código de Conduta para Entidades Públicas Lacunas em Código de Conduta para Entidades Públicas em Estados Partes com Código de Conduta existente para Entidades Públicas Recomendação sobre estratégias para que Estados Partes adaptem ou adoptem Código de Conduta harmonizado Série de seminários regionais e nacionais realizados com sucesso juntamente com Estados Partes entre Junho de 2020 e Dezembro de 2022 a fim de prestar apoio à harmonização dos respectivos Códigos de Conduta para Entidades Públicas com o Código de Conduta modelo para Entidades Públicas

Quadro Lógico(6/22)

Eixos da Estratégia I

Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
<p>C Promover a adopção pelos Estados Partes de códigos de conduta harmonizados para entidades públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver Estados Partes no alinhamento de Códigos de Conduta existentes com o Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas • Envolver Estados Partes sem Código de Conduta para Entidades Públicas na adopção do Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Código de conduta para entidades públicas simplificado e reforçado, em conformidade com as melhores práticas e capaz de contrariar a corrupção no seio da função pública • Existência de um Código de Conduta para Entidades Públicas, alinhado com as melhores práticas e capaz de contrariar a corrupção no seio da função pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os Estados Partes que ratificaram a Convenção deverão possuir Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas até Dezembro de 2022 • Série de missões de defesa de políticas realizadas com sucesso entre Junho de 2020 e Dezembro de 2022 a Estados Partes (sem Código de Conduta para Entidades Públicas) visando a adopção de Código de Conduta modelo para Entidades Públicas • Série de seminários realizados com sucesso entre Junho de 2020 e Dezembro de 2022 para apoio a Estados Partes na adopção de Código de Conduta modelo para Entidades Públicas

Quadro Lógico(7/22)

Eixos da Estratégia I

Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
<p>C Promover a adopção pelos Estados Partes de códigos de conduta harmonizados para entidades públicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver Estados Partes sem Código de Conduta para Entidades Públicas na adopção do Código de Conduta harmonizado para Entidades Públicas • Encomendar e publicitar os resultados de inquéritos regulares sobre a situação da execução (e impacto) de Códigos de Conduta harmonizados para Entidades Públicas em Estados Partes que ratificaram a Convenção 	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de Código de conduta para entidades públicas, alinhado com as melhores práticas e capaz de contrariar a corrupção no seio da função pública • Maior adopção do Código de Conduta modelo para Entidades Públicas em Estados Partes que ratificaram a Convenção 	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os Estados Partes que ratificaram a Convenção deverão possuir Código de Conduta modelo para Entidades Públicas até Dezembro de 2022 • Um inquérito realizado anualmente, com início em Dezembro de 2020 para: <ul style="list-style-type: none"> – Fazer rastreio do progresso alcançado pelos Estados Partes com a adopção ou adaptação de Código de Conduta modelo para Entidades Públicas – Identificar lacunas na integração, e recomendar estratégias para preencher tais lacunas – Avaliar impacto da adopção de Código de Conduta para Entidades Públicas nos Estados Partes que adoptaram ou adaptaram o Código de Conduta modelo

Quadro Lógico(8/22)

Eixos da Estratégia I

Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
<p>d Conceber e executar estratégias para lidar com a componente de corrupção de fluxos financeiros ilícitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> Integrar os fluxos financeiros ilícitos no artigo 22 da Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção Envolver Estados Partes que já ratificaram a Convenção original a ratificar a versão revista dessa mesma Convenção 	<ul style="list-style-type: none"> Maior realce da Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção como forma de se lidar com os fluxos financeiros ilícitos Adopção da versão revista Convenção pelos Estados Partes 	<ul style="list-style-type: none"> Cláusula pertinente do Relatório Mbeki incorporado na AU-CPCC e versão revista da Convenção aprovada pelo Conselho Executivo até Dezembro de 2020 Série de missões de defesa de políticas realizadas com sucesso entre Janeiro de 2021 e Dezembro de 2022 visando fazer com que os Estados Partes (que já ratificaram a AU-CPCC original) ratifiquem a versão revista da Convenção Versão revista da Convenção a entrar em vigor até Dezembro de 2022. Isto é, até Dezembro de 2022 terá sido alcançado o número mínimo de ratificações necessárias

Eixos da Estratégia I

Quadro jurídico melhorado para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
d Conceber e executar estratégias para lidar com a componente de corrupção de fluxos financeiros ilícitos	<ul style="list-style-type: none">• Conceber um programa de actividades para operacionalizar a versão revista do artigo 22 da Convenção tendo em vista combater a componente de corrupção de fluxos financeiros ilícitos	<ul style="list-style-type: none">• Introduzido plano de acção para lidar com a componente de corrupção de fluxos financeiros ilícitos no seio de Estados Partes	<ul style="list-style-type: none">• Concebido programa até Junho de 2021 para lidar com a componente de corrupção de fluxos financeiros ilícitos, delineando:<ul style="list-style-type: none">– Propostas de leis modelo a serem concebidas em torno das aquisições dos governos– Acesso melhorado do público aos Orçamentos Nacionais– Programa de sensibilização/defesa de políticas destinado a pormenorizar o impacto económico, social e político dos fluxos financeiros ilícitos

Quadro Lógico(10/22)

Eixos da Estratégia II

Capacidade reforçada dos Estados Partes para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
a Reforçar a capacidade de actores nacionais e regionais contra a corrupção em todas as REC	<ul style="list-style-type: none"> • Encomendar um estudo que identifique lacunas em termos de capacitação ao longo da cadeia da prevenção, investigação e de instauração de processos judiciais em todos os Estados Partes que ratificaram a Convenção • Envolver um consultor para conceber programas regionais de capacitação visando capacitar actores-chave ao longo da cadeia de prevenção, investigação e de instauração de processos judiciais • Operacionalizar programas regionais de capacitação 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de lacunas em termos de capacitação em todas as agências ao longo da cadeia da investigação e de instauração de processos judiciais • Concebidos programas regionais de capacitação • Programas regionais de capacitação encontram-se operacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Concluídos cinco estudos sobre lacunas em termos de capacitação em todas as regiões até Dezembro de 2019 • Concebidos cinco programas de capacitação para todas as regiões até Junho de 2020 • Lançados e em funcionamento programas de capacitação em todas as cinco regiões até Janeiro de 2021

Quadro Lógico(11/22)

Eixos da Estratégia II

Capacidade reforçada dos Estados Partes para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
b Promover a troca de conhecimentos e de experiências entre actores nacionais e regionais envolvidos no combate à corrupção	<ul style="list-style-type: none"> Organizar conferências anuais destinadas a actores-chave ao longo da cadeia de prevenção, investigação e instauração de processos judiciais (conjuntamente com partes interessadas externas) a fim de facilitar a partilha de experiências no combate à corrupção Realizar seminários e encontros regionais tendo como alvo actores-chave ao longo da cadeia de prevenção, investigação e instauração de processos judiciais a fim de facilitar a partilha de experiências no combate à corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> Criar um fórum continental para partilha de experiências, aprendizagens e melhores práticas sobre a luta contra a corrupção Criar um fórum específico da região para partilha de experiências, aprendizagens e melhores práticas sobre a luta contra a corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> Uma conferência anual contra a corrupção realizada todos os anos, com início em Junho de 2019 Dois seminários regionais realizados todos os anos em Março e Setembro, com início em 2020
c Conceber e tornar acessíveis ferramentas e recursos contra a corrupção	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer uma rede de pontos focais para a recolha de dados sobre actos de corrupção e delitos afins por país 	<ul style="list-style-type: none"> Criada base de dados de pontos focais (nomes, endereços electrónicos e números de contacto) 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e envolver pontos focais em todos os Estados Partes. Reunir pormenores de contactos numa base de dados até Junho de 2018

Quadro Lógico(12/22)

Eixos da Estratégia II

Capacidade reforçada dos Estados Partes para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
<p>C Conceber e tornar acessíveis ferramentas e recursos contra a corrupção</p>	<ul style="list-style-type: none"> Iniciar a recolha e análise de dados sobre actos de corrupção e delitos afins por país Publicar regularmente e tornar acessível dados sobre actos de corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> Base de dados actualizada sobre actos de corrupção e delitos afins em todos os Estados Partes Base de dados sobre actos de corrupção publicada no portal electrónico do AU ABC e de acesso livre ao público 	<ul style="list-style-type: none"> Definição em Setembro 2018 dos necessários dados sobre corrupção e a frequência com que são relatados Pontos Focais recebem formação sobre recolha e análise de dados em Março de 2019 Recolha de dados tem início em Junho de 2019 Arrumação de base de dados sobre actos de corrupção e harmonização de dados em todos os países até Setembro de 2019 Dados devidamente arrumados referentes a um ano transferidos para o portal electrónico e disponibilizados livremente para o público em geral até Setembro de 2020, e posteriormente actualizados anualmente em Setembro

Quadro Lógico(13/22)

Eixos da Estratégia II

Capacidade reforçada dos Estados Partes para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
C Conceber e tornar acessíveis ferramentas e recursos contra a corrupção	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar as ferramentas de medição de corrupção existentes relativamente ao âmbito de aplicação, tal como definido pela Convenção 	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão mais aprofundada de ferramentas correntes de medição de corrupção – pontos fortes e insuficiências. Recomendações quanto a melhorias 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo pormenorizado de ferramentas existentes de medição de corrupção, ou seja, pontos fortes e insuficiências, e recomendações quanto a melhorias em Dezembro de 2020
	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber novos métodos de análise da natureza e âmbito da corrupção em África 	<ul style="list-style-type: none"> • Concepção de ferramentas, novas e melhoradas, de medição de corrupção ajustadas ao contexto africano 	<ul style="list-style-type: none"> • Ferramentas novas (e melhoradas) de medição de corrupção, disponíveis em Dezembro de 2022
	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar estudo de base de dois em dois anos sobre conduta e comportamentos não éticos por parte de actores-chave (por exemplo, MNC) a operar em África 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhor compreensão das forças motrizes subjacentes e do impacto de comportamentos não éticos das MNC, e recomendações sobre acções a tomar para reduzir/lidar com comportamentos não éticos das MNC 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo pormenorizado sobre comportamentos não éticos das MNC (forças motrizes, impacto e recomendações sobre como lidar com comportamentos não éticos das MNC) concluído até Junho de 2021 • Encomendar actualizações bienais a serem relatadas todos os meses de Junho

Quadro Lógico(14/22)

Eixos da Estratégia II

Capacidade reforçada dos Estados Partes para combater a corrupção

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
<p>C Conceber e tornar acessíveis ferramentas e recursos contra a corrupção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar o acesso de organismos nacionais de combate à corrupção a bases de dados internacionais de combate à corrupção • Integrar o Plano de Comunicações de 2018 da AU ABC no Plano Estratégico de 2018 – 2022 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o acesso de organismos nacionais de combate à corrupção a bases de dados internacionais de combate à corrupção para reforço da investigação e instauração de processos judiciais relacionados com casos de corrupção • Plano simplificado e coerente 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar bases de dados internacionais que sejam pertinentes, até Dezembro de 2017 • Negociar e proporcionar acesso a todos os organismos nacionais de combate à corrupção até Dezembro de 2018 • Plano estratégico revisto, incorporando o Plano de Comunicações de 2018 até Março de 2018

Quadro Lógico(15/22)

Eixos da Estratégia III

Actividades de apoio e cooperação melhoradas

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
<p>a Melhorar o conhecimento do público em geral sobre o papel do AU ABC, conceber e operacionalizar um plano de acção de apoio à declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber e operacionalizar a estratégia de comunicações do AU ABC, abordando: <ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização do público em geral • Envolvimento das principais partes interessadas • Conceber e aprovar no documento conceptual sobre a declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção • Operacionalização do documento conceptual sobre declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia de comunicações operacional, resultando numa melhoria da tomada de consciência sobre o AU ABC e do papel que desempenha na luta contra a corrupção • Plano estruturado delineando o papel do AU ABC na operacionalização da declaração de 2018 como o Ano de África contra a Corrupção • Passagem em revista do progresso até agora feito, avaliação do que necessita ainda de ser feito, e novas estratégias para se lidar com os novos desafios de corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia de comunicações e de envolvimento de partes interessadas, lidando com elementos proactivos e passivos, concebida até Dezembro de 2018 • Estratégia de comunicações operacional até Janeiro de 2019 • Plano operacional final e aprovado (pela CUA), incorporando reacções de todos os membros do Conselho, até Dezembro de 2017 • Sistema de rastreio de acções e ciclo de revisão farão o rastreio das reacções/progresso, pronto até Dezembro de 2017 • Documento conceptual pronto até Janeiro de 2018

Quadro Lógico(16/22)



Eixos da Estratégia III

Actividades de apoio e cooperação melhoradas

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
b Reforçar as relações e envolvimento do AU ABC com instituições de governação internas da União Africana e partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> • Conceber conjuntamente com partes interessadas a nível interno o programa regional africano de combate à corrupção para o quinquénio 2019-2023 	<ul style="list-style-type: none"> • Concebido programa estruturado para sensibilização sistemática e para lidar com a corrupção no seio dos Estados Partes 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa regional contra a corrupção concebido e aprovado pelo Conselho até Dezembro de 2019
	<ul style="list-style-type: none"> • Executar o programa regional africano de combate à corrupção para o quinquénio 2019-2023 conjuntamente com partes interessadas a nível interno da UA 	<ul style="list-style-type: none"> • Operational o programa estruturado para sensibilização sistemática e para lidar com a corrupção no seio dos Estados Partes 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de rastreio de acções e ciclo de revisão farão o rastreio do progresso até Dezembro de 2019 • Programa regional contra a corrupção operacional até Janeiro de 2020
	<ul style="list-style-type: none"> • Nomear Ponto Focal do AU ABC para a Arquitectura de Governação Africana (AGA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Em funções o Ponto Focal coordenando a participação do AU ABC na AGA 	<ul style="list-style-type: none"> • Ponto Focal do AU ABC para a Arquitectura de Governação Africana nomeado até Junho de 2018
	<ul style="list-style-type: none"> • Operacionalizar a participação do AU ABC na Arquitectura de Governação Africana (AGA) 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação integral e regular do AU-ABC na AGA 	<ul style="list-style-type: none"> • Introduzido programa, delineando participação do AU ABC na AGA até Dezembro de 2018, com participação integral em Janeiro de 2019

Quadro Lógico(17/22)



Eixos da Estratégia III

Actividades de apoio e cooperação melhoradas

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
b Reforçar as relações e envolvimento do AU ABC com instituições de governação internas da União Africana e partes interessadas	<ul style="list-style-type: none">• Identificar potenciais programas para colaboração conjunta com o Tribunal Africano e a UNECA em áreas de desenvolvimento e execução. Por exemplo, estratégia de comunicações com o Tribunal Africano	<ul style="list-style-type: none">• Ajudar o AU ABC a lidar com constrangimentos em matéria de recursos, entretanto incrementando a colaboração com outros órgãos	<ul style="list-style-type: none">• Lista de potenciais programas (do plano estratégico) para colaboração conjunta na concepção e execução, pronta até Setembro de 2018

Quadro Lógico(18/22)



Eixos da Estratégia III

Actividades de apoio e cooperação melhoradas

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
C Reforçar as relações do AU ABC com partes interessadas externas	<ul style="list-style-type: none">• Identificar e mapear potencial apoio de parceiros externos nas áreas de Financiamento, Capacitação e Execução de programas	<ul style="list-style-type: none">• Introduzida uma abordagem estruturada para garantir um envolvimento consistente com partes interessadas externas	<ul style="list-style-type: none">• Mapeamento de parceiros externos concluído até Junho de 2018
	<ul style="list-style-type: none">• Conceber novas estratégias de parceria entre o AU ABC e partes interessadas externas em todas as áreas identificadas, visando dirigir envolvimento estruturados	<ul style="list-style-type: none">• Introduzida uma abordagem estruturada para garantir um envolvimento consistente com partes interessadas externas	<ul style="list-style-type: none">• Estratégias de parcerias para lidar com financiamento, capacitação e execução de programas aprovadas e introduzidas até Setembro de 2018
	<ul style="list-style-type: none">• Operacionalizar novas estratégias de parceria em todas as três áreas identificadas	<ul style="list-style-type: none">• Introduzida uma abordagem estruturada para garantir um envolvimento consistente com partes interessadas externas	<ul style="list-style-type: none">• Novas estratégias de parcerias operacionais até Dezembro de 2018
	<ul style="list-style-type: none">• Conceber e operacionalizar uma estratégia para um novo envolvimento com parceiros externos cruciais e reforço de relações tensas com os mesmos	<ul style="list-style-type: none">• Envolvimento renovado e relações reforçadas com parceiros anteriores	<ul style="list-style-type: none">• Estratégia para um novo envolvimento, visando parcerias tensas, introduzidas até Setembro de 2018• Estratégia operacional até Dezembro de 2018

Quadro Lógico(22/22)

Eixos da Estratégia IV

Reforçada a capacidade institucional do Conselho e do Secretariado

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
C Garantir a disponibilização atempada de instalações permanentes que satisfaçam os requisitos operacionais do Conselho	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento do Comité Conjunto de Facilitação e operacionalização das suas actividades 	<ul style="list-style-type: none"> Comité formado por representantes do AU ABC, AUC e Governo da Tanzânia incumbido da tarefa de executar o acordo com o anfitrião 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar membros do Comité Conjunto de Facilitação até Junho de 2018 Comité Conjunto de Facilitação constituído e operacional até Junho de 2019
	<ul style="list-style-type: none"> Conceber e obter aprovação para os planos finais de arquitectura 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de arquitectura e prazo de construção de instalações permanentes do AU ABC concebidos e aprovados pelo Comité Conjunto de Facilitação 	<ul style="list-style-type: none"> Planos de arquitectura e prazo de construção disponíveis até Junho de 2020
	<ul style="list-style-type: none"> Iniciar construção das instalações permanentes do Conselho Consultivo da União Africana sobre Corrupção 	<ul style="list-style-type: none"> Iniciada construção das instalações permanentes 	<ul style="list-style-type: none"> Mobilização de empreiteiro no local da obra e início da construção de instalações permanentes do AU ABC até Junho de 2022

Eixos da Estratégia IV

Capacidade institucional reforçada do Conselho e do Secretariado

<u>Objectivos Estratégicos</u>	<u>Actividades</u>	<u>Resultados Esperados</u>	<u>Indicadores de Resultados</u>
a Lidar com os constrangimentos do Secretariado em matéria de recursos e melhorar as suas capacidades de execução de tarefas		<ul style="list-style-type: none">• Reforço das capacidades de execução do AU ABC	<ul style="list-style-type: none">• Finalizar e aprovar a estrutura provisória de execução de tarefas do AU ABC até Junho de 2018
	<ul style="list-style-type: none">• Finalizar e aprovar uma estrutura provisória de execução de tarefas para apoio ao Secretariado na execução da Estratégia e Plano de Execução de 2018-2022	<ul style="list-style-type: none">• Envolver parceiros externos para prover de pessoal a estrutura provisória de execução de tarefas a fim de facilitar a execução do Plano Estratégico por meio de substituições temporárias ou de obtenção directa de recursos	<ul style="list-style-type: none">• Reforço das capacidades de execução do AU ABC

Eixos da Estratégia IV

Capacidade institucional reforçada do Conselho e do Secretariado

Objectivos Estratégicos	Actividades	Resultados Esperados	Indicadores de Resultados
a Reforçar a capacidade técnica do Secretariado	<ul style="list-style-type: none"> Efectuar análise sobre lacunas em matéria de conhecimentos específicos de cada função e auditoria relativamente a todos os funcionários do Secretariado e membros do AU ABC 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar lacunas em termos de capacidades tendo em visto o seu preenchimento, por conseguinte melhorando as capacidades do AU ABC 	<ul style="list-style-type: none"> Envolver consultor externo a fim de realizar avaliação de lacunas em termos de capacidades até Setembro de 2019 Relatório e recomendações sobre avaliação de lacunas em termos de capacidades concluído até Dezembro de 2019
	<ul style="list-style-type: none"> Conceber e operacionalizar programa de capacitação a fim de preencher lacunas identificadas em matéria de conhecimentos relativamente a todos os funcionários do AU ABC 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar lacunas em termos de capacidades tendo em visto o seu preenchimento, por conseguinte melhorando as capacidades do AU ABC 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de capacitação (baseado nas recomendações do consultor) pronto até Março de 2020 Plano de capacitação operacional até Junho de 2020
	<ul style="list-style-type: none"> Conceber e operacionalizar estratégia de transição (incluindo programa de integração) para novos membros do Conselho a fim de assegurar continuidade na execução de iniciativas estratégicas 	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar execução contínua dos assuntos normais do AU ABC como actividades e iniciativas estratégicas normais, com interrupção mínima entre mudanças do Conselho 	<ul style="list-style-type: none"> Plano de transição do Conselho pronto em Dezembro de 2018 Plano de transição do Conselho operacional em Janeiro de 2019

Eixos da Estratégia IV

Capacidade institucional reforçada do Conselho e do Secretariado

<u>Objectivos Estratégicos</u>	<u>Actividades</u>	<u>Resultados Esperados</u>	<u>Indicadores de Resultados</u>
b Definir a estrutura de governação entre o Conselho e o Secretariado	<ul style="list-style-type: none">• Conceber uma estrutura de governação para o planeamento e elaboração de relatórios entre o Conselho Consultivo e o Secretariado	<ul style="list-style-type: none">• Delinear claramente as funções entre o Conselho e o Secretariado para garantir o funcionamento equilibrado do AU ABC	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura de governação entre o Conselho Consultivo e o Secretariado Executivo introduzida até Dezembro de 2018
	<ul style="list-style-type: none">• Definir as relações entre o Conselho Consultivo, o Secretariado Executivo e o Departamento de Assuntos Políticos relativamente à elaboração de relatórios	<ul style="list-style-type: none">• Reforçar a independência do AU ABC a par da melhoria das relações de trabalho com o Departamento de Assuntos Políticos	<ul style="list-style-type: none">• Estrutura de relações referentes a apresentação de relatórios entre o Conselho Consultivo, Secretariado Executivo e Departamento de Assuntos Políticos concebida e constituída de forma organizada com todas as partes interessadas até Junho de 2019

FIM

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2018-01-26

Activity Report of the African Union Advisory Board on Corruption (AUABC)

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8425>

Downloaded from African Union Common Repository